



**CONDIÇÕES DE VIDA DOS AGREGADOS
FAMILIARES
IDRF 2001/2002**

Catálogo recomendada:

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

IDRF 2001/2002 - Condições de vida dos agregados familiares.

Presidente

Francisco Fernandes Tavares

Editor

Instituto Nacional de Estatística – CERPOD

Sede

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: 61.38.27

Fax: 61.16.56

E-mail: inecv@mail.cvtelecom.cv; inecv@ine.gov.cv

Tiragem: 500 exemplares

O INE na Internet: www.ine.cv

Setembro de 2004

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
SÍNTESE EXECUTIVA	8
CAPÍTULO I – ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	12
1.1 - Características técnicas do inquérito	12
1.2 - Conceitos	13
CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO ALOJAMENTO	19
2.1 – Tipologia dos alojamentos	19
2.2 – Materiais utilizados na construção da habitação.....	20
2.3 - Tipologia segundo as características do chefe do agregado	23
2.4 - Número de divisões	25
2.5. – Regime de ocupação	30
CAPÍTULO III – ACESSO A ÁGUA POTÁVEL E CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE HIGIENE.....	34
3.1- Acesso a água potável.....	34
3.1.1 Qualidade e Origem da água	35
3.1.2- Meio de transporte e o tempo despendido para obtenção de água	38
3.1.4- Qualidade da água para beber.....	43
3.2 - Posse de casa de banho, retretes e latrinas.....	47
3.2.1 – Repartição espacial e por meio de residência dos agregados segundo a posse de casa de banho, retrete e ou latrina.....	48
3.2.2 Posse ou não de casa de banho e retrete segundo sexo do chefes do agregado.....	49
3.2.3 Posse ou não de casa de banho e retrete segundo a dimensão do agregado	50
3.2.4 – Posse ou não de casa de banho e retrete segundo o quintil de despesa anual percapita	50
3.3 – Modo de evacuação das águas residuais	51
3.3.1 – Repartição espacial e por meio de residência segundo o modo de evacuação das águas residuais	51
3.3.2 – Agregados que possuem casa de banho com retrete segundo o modo de evacuação das águas residuais	52
3.3.3 – Características sócio -económicas dos chefes dos agregados com casa de banho e retrete que evacuam ao redor da casa.....	54
CAPÍTULO IV - EXISTÊNCIA DE COZINHA, DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA E PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS.....	58
4.1 Existência de cozinha no alojamento	58
4.2 - Principal fonte de energia utilizada para cozer os alimentos.....	59
4.2.1 A principal fonte de energia utilizada para cozer os alimentos segundo a posse de fogão a gás ou eléctrico.....	61
4.3 - Posse de equipamentos de cozinha.....	61
CAPÍTULO V – FONTE DE ENERGIA PARA A ILUMINAÇÃO	63

5.1 Repartição espacial dos agregados segundo a principal fonte de energia para iluminação	63
CAPÍTULO VI – NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEIO DE TRANSPORTE.....	67
6.1 – Acesso as novas tecnologias de informação e comunicação	67
6.1.1 – Meios de Informação	67
6.1.2 - Meios de comunicação	70
6.1.3 – Computadores e Internet	74
6.2 - Meios de transporte	76
CAPÍTULO VII– NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES	79
CAPÍTULO VIII – CONCLUSÃO	83
ANEXOS	87
LISTA DE QUADROS.....	87
LISTA DE GRÁFICOS.....	88
BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	91

INTRODUÇÃO

A família é considerada a base da sociedade, o elemento primordial para o equilíbrio, e o garante da sustentabilidade, assim como o gerador da riqueza de um país.

Cabo Verde é um país em que são evidentes os muitos constrangimentos que tendem a frear o desenvolvimento económico e social necessários para satisfazer as necessidades impostas pela nova dinâmica internacional, e à criação de condições essenciais para se assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento humano e promoção da justiça e equidade social.

As Grandes Opções do Plano, elaborado em Outubro de 2001, elege a melhoria do nível de bem-estar dos cabo-verdianos, a luta contra pobreza e exclusão social como sendo os elementos indispensáveis para se conseguir a estabilidade macro-económica tão almejada por todos.

O Programa Nacional da Luta Contra a Pobreza diligencia projectos junto às comunidades afim de dotá-las de melhores condições de acesso à água e esgotos, promover o reparo das casas degradadas, assim como, a concepção de habitações sociais.

O Plano Nacional de Desenvolvimento é também um documento de orientação do Governo que pretende atenuar os constrangimentos pelos quais passam a população, através de programas e sub-programas de investimento público visando a integração dos grupos pobres da população na economia, e mobilização social.

O combate à pobreza, em Cabo Verde, passa por um processo de pleno conhecimento dos vários sectores da sociedade, da melhoria dos serviços públicos (água, esgoto, serviços de informação e comunicação), do conhecimento e preservação das potencialidades do meio ambiente, de uma política eficaz de planeamento familiar e de protecção materno-infantil, e ao acesso de todos à saúde e à educação.

A intervenção de todos para que se possa conseguir a melhoria das condições de vida dos agregados familiares é necessário, porém terá que passar por uma articulação harmoniosa dos diferentes intervenientes.

O programa do governo que visa a promoção do crescimento e redução da pobreza, necessitará de informações quantitativas que permitem a elaboração de alguns indicadores sociais e macro-económicos para análise da evolução da conjuntura actual do país.

Para que se proceda a políticas e estratégias que arvoram o desenvolvimento económico tão apregoado e necessário, é imperativo que se tenha o verdadeiro conhecimento da sociedade, através de estudos das condições de vida das famílias, consciencializando-se do nível de satisfação das suas necessidades básicas, como alimentação, saúde, habitação, saneamento, etc.

É neste sentido que o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares / Condições de Vida , IDRF 2001/2202, surge como um aparato valioso que poderá colmatar algumas das lacunas existentes e essenciais para se conseguir atingir os objectivos propostos, traduzindo-se em mais um instrumento de pesquisa que servirá de base para se ter o pleno conhecimento do estado de desenvolvimento e pobreza do país, e assim contribuir para o sucesso e articulação das estratégias de combate à pobreza e o ascender da igualdade entre os cidadãos.

Assim, no âmbito do IDRF 2001/2002 o tema “Condições de vida dos agregados familiares” tem como objectivo magno contribuir para o conhecimento das condições de sobrevivência da população cabo-verdiana, suas carências, com base na análise das características do alojamento, a disponibilidade e o acesso aos serviços básicos, tais como, água, electricidade, instalações sanitárias, aos meios de informação e comunicação, entre outros.

Ainda poderá contribuir para que seja possível a articulação entre os vários projectos de combate à pobreza e desenvolvimento económico e social do país, através da apresentação de um diagnóstico do actual estado de vivência da população, assim como, coadjuvar no combate à pobreza que tanto ataca uma proporção não desprezível do povo das ilhas.

Baseado em quadros, gráficos e indicadores simples, a análise das Condições de Vida dos Agregados Familiares estrutura-se em sete capítulos.

O primeiro retrata os aspectos físicos do alojamento, desde a tipologia, os materiais utilizados na construção das paredes, do tecto e do pavimento, assim como, a dimensão do alojamento: quantas divisões possui e principalmente, as que são utilizadas para dormir. Este último aspecto permite-nos aferir sobre o grau de privacidade e promiscuidade existente no seio dos agregados caboverdianos.

Apesar de não constituir um aspecto físico, neste capítulo faz-se uma breve referência sobre o modo de ocupação da casa: arrendada, própria ou cedida.

O terceiro capítulo, analisa o acesso e origem da água, a qualidade da água que é usada quer para fins domésticos quer para beber, a quantidade consumida, assim como, o meio de transporte e o tempo despendido para obtenção deste líquido tão precioso à vida. A posse de casa de banho, retrete e latrina e o modo de evacuação são as outras duas variáveis analisadas neste capítulo, que em conjunto poderão contribuir para a adopção de políticas e programas ambientais e de saúde, e avaliação de que o sétimo objectivo do milénio, garantir a sustentabilidade ambiental, está a ser cumprido ou não.

O quarto capítulo analisa a posse de cozinha e de alguns equipamentos de cozinha, tais como, o fogão, frigorífico, máquina de lavar roupa, microondas, que de certo modo, contribuem para a conservação dos alimentos e a higiene na preparação das mesmas. A fonte de energia utilizada para preparar os alimentos igualmente é analisado.

O quinto capítulo aborda a questão da energia utilizada para a iluminação.

O sexto capítulo dissecar a posse de novas tecnologias de informação, comunicação e meios de transporte dos agregados.

Por fim, o último capítulo estuda o nível de conforto dos agregados cabo-verdianos, apresentado pela variável “Índice de conforto”, calculado com base na junção das diversas variáveis anteriormente analisadas.

SÍNTESE EXECUTIVA

Cabo Verde, ciente dos muitos constrangimentos que tendem a frear o desenvolvimento económico e social necessário a satisfazer as necessidades impostas pela nova dinâmica internacional, nomeia, nas Grandes Opções do Plano, a melhoria do nível de bem estar dos caboverdianos, a luta contra a pobreza e exclusão social como sendo os elementos indispensáveis para se conseguir a estabilidade económica tão almeja do por todo, de modo assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento humano e promoção da justiça e equidade social.

A caracterização das condições de vida dos agregados familiares, com base nos resultados do IDRF 2001/2002, irrompe como um instrumento valioso e indispensável que permite aferir sobre a real situação habitacional, o nível de acesso à água potável, condições de higiene e saneamento básico, as fontes de energia para iluminação e preparação dos alimentos, assim como, da posse de alguns bens duradouros que contribuem para o bem estar das famílias cabo-verdianas, tais como os relacionados com as novas tecnologias de informação e comunicação.

1. De acordo com o apuramento final do IDRF 2001/2002 residiam em Cabo Verde cerca de 470.687 indivíduos distribuídos por cerca de 95.257 agregados, correspondendo cada agregado a um alojamento, sendo 44% chefiados por mulheres.
2. Dos 95.257 agregados familiares, cerca de 86% habitam casas do tipo individual, construídas utilizando o cimento como o principal material, para as paredes, o tecto e o pavimento.
3. As barracas, habitações construídas com materiais pouco ou nada resistentes às intempéries climáticas, e que nada favorecem ao conforto e à higiene dos indivíduos, apesar de servirem de habitação a somente 1% dos agregados caboverdianos, merecem alguma preocupação tendo em consideração que a sua propagação concentra-se nas periferias das grandes cidades, mais concretamente da cidade do Mindelo.
4. As vivendas e os apartamentos, tipologias que têm vindo a crescer dos longo dos anos, geralmente habitadas por agregados cujos níveis de despesas ultrapassam os 170 contos percapita anuais, apresentam as melhores condições de habitabilidade.

5. Em média os agregados familiares cabo-verdianos são constituídos por 4,9 indivíduos e residem em habitações com cerca de 3,5 divisões, do que podemos depreender 1,4 pessoas por divisão. Contudo, conclui-se da análise que quanto mais pobre, mais é o número de indivíduos por divisão, principalmente quando estes residem no meio rural.
6. A nível nacional a taxa de cobertura de água potável à população já atinge níveis considerados aceitáveis, segundo os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, no entanto a nível das ilhas e do meio de residência ainda persistem situações deveras preocupantes. Com efeito, 76% dos agregados caboverdianos tem acesso a água potável, sendo 33% a partir de ligações à rede à rede pública de abastecimento, 35% através dos chafarizes, e 8% através de autotanques. Os restantes 24% de agregados consomem água considerada não potável, por ter origens diversas e que não dão garantia de qualidade da água.
7. É no meio rural, principalmente no Fogo e no Resto de Santiago, onde a percentagens de agregados com acesso a água potável é mais crítica, não chegando aos 65%. Esta situação, merece alguma atenção por parte das autoridades na área, igualmente porque são domínios onde o consumo é muito inferior à média nacional (32 litros diário por pessoa).
8. Em média cada caboverdiano consome cerca de 32 litros de água por dia. Contudo, a quantidade de água varia com o local de residência e com a principal fonte de abastecimento. Os agregados urbanos consomem quase o dobro de água do que os que residem no meio rural, 40 litros/pessoa/dia contra 21 litros/pessoa/dia. Os maiores consumos verificam-se na Praia Urbano (46 litros/pessoa/dia), seguido de S. Vicente e Outras ilhas, com 37 e 36 litros/pessoa/dia, respectivamente. S. Antão apresenta o menor consumo diário percapita, de 15,5.
9. O IDRF, continua pondo em evidência as fragilidades do país no que concerne ao saneamento. Com efeito, ainda nem metade dos agregados possuem instalações e dispositivos adequados para eliminação de excrementos e para a higiene pessoal, ou seja, somente 45 em cada 100 agregados possuem casa de banho com retrete. Igualmente é visível alguma disparidade entre os vários domínios de estudo. Enquanto que S. Vicente apresenta uma proporção de 62% de agregados com instalações próprias para a defecação e higiene pessoal, somente 25% dos agregados no Resto de Santiago as possuem.
10. O modo de evacuação das águas residuais é outro fenómeno que merece alguma atenção por parte do Governo e das Câmaras Municipais, visto que mais de metade dos agregados evacuam tudo o

que é água suja, de lavar roupa, louça, banho, etc, ao redor da própria casa, contribuindo para a poluição do meio ambiente, e exposição da população aos riscos de doenças infecto-contagiosas. Tal prática torna-se censurável e mais preocupante quando praticado em aglomerados concentrados, como são os centros urbanos, em particular a cidade capital do país, cuja densidade populacional ronda os 437 habitantes por Km², e entre os agregados que possuem casa de banho com retrete, o que pressupõe-se a ligação a uma rede de esgotos ou fossa séptica.

11. A nível nacional 16% dos agregados evacuam principalmente através de fossas sépticas e 10% através de rede de esgotos, sendo este último, um privilégio de 49% dos sãovicentinos e 9% dos praienses, os únicos domínios com este privilégio.
12. O gás já pode ser considerado uma conquista como a principal fonte de energia utilizada para preparar os alimentos, principalmente nos centros urbanos onde cerca de 87% dos agregados já o utilizam. Contudo, no meio rural, prevalece ainda a utilização da lenha como principal fonte de energia para preparar os alimentos (66%), facto que ainda continua ameaçando a cobertura florestal e o meio ambiente.
13. Em matéria de electrificação, tem-se verificado longo dos anos uma melhoria, embora ainda a cobertura esteja longe do ideal, tendo em consideração que somente 59% dos agregados utilizam a electricidade como principal fonte de energia para iluminação. As discrepâncias são visíveis de acordo com o meio de residência, com o meio rural a ser desfavorecido neste aspecto, optando pela utilização do petróleo e da vela, como fonte de iluminação. Os domínios que merecem uma melhor atenção em termos de electrificação por parte do Estado são: Resto Santiago e Fogo, onde somente 31% e 34% dos agregados tem luz eléctrica, respectivamente.
14. As novas tecnologias de informação e comunicação tem ganhado expressão nos dias de hoje, contribuindo para a democratização do acesso à informação, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre os residentes e os não residentes. De acordo com a percentagem de agregados que possuem rádio e televisão em casa podemos concluir que o rádio é o meio de informação mais utilizado em Cabo Verde. Não chega a metade a percentagem dos agregados que possuem televisão, consequência do seu custo, e da fraca cobertura eléctrica.
15. Até o ano 2000, com a entrada da rede telemóvel a rede fixa de telefone era o único meio de comunicação oral à distância existente no país. De acordo com os resultados do IDRF, 52 em cada 100 agregados possuem telefone fixo em casa, sendo esta proporção no meio urbano duas vezes

superior a no meio rural, ou seja, enquanto 66 em cada 100 agregadas urbanos possuem telefone fixo somente 33 o possuem no meio rural. Relativamente a posse de telemóvel, os resultados demonstram que 20% dos agregados tem pelo menos um telemóvel. Embora, a posse de telemóvel seja evidente em todos os níveis de despesa, tem maior incidência entre os agregados residentes no meio urbano, e com níveis de despesa anual percapita superiores a 170 contos.

16. Ter um computador, instrumento de trabalho, e que permite o acesso à informação e formação, e à comunicação, quando ligado à internet, ainda é um privilégio de somente 4% dos agregados, e somente pouco mais de metade destes tem acesso à internet. A posse deste poderosíssimo instrumento é directamente condicionado ao nível de instrução e de despesa do chefe.
17. A posse de meio de transporte terrestre, indicador de bem estar do agregado, ainda é privilégio de pouco mais que um quarto dos agregados caboverdianos. Assim, somente 11% possui um automóvel para o transporte da família e 12% declararam utilizar o burro como meio de transporte, estes na sua maioria agregados rurais.
18. Com base no indicador composto do nível de conforto, pode-se concluir que apesar de todos os avanços, principalmente a nível de alguns indicadores de desenvolvimento, como por exemplo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ainda, globalmente, podemos considerar que os agregados caboverdianos têm um nível de conforto abaixo da média. Com efeito, 18% dos agregados vivem com um nível baixo e 31% com um nível muito baixo. Somente cerca de pouco mais de um terço dos agregados (36%) vivem com um nível de conforto considerado elevado (alto – 20%, ou muito alto -16%).
19. Em suma, Cabo Verde é um país de contrastes, onde as disparidades entre o rural e urbano são evidentes e acentuadas, tendo como causas fundamentais, a deficiente gestão dos recursos e das políticas, que são centralizados nos grandes centros urbanos. Torna-se premente a intervenção do estado na execução de políticas e programas que visam a melhoria do acesso a água potável, à electricidade, ao saneamento básico, principalmente nas ilhas de S. Antão, Fogo e no Interior de Santiago.

CAPÍTULO I – ASPECTOS METODOLÓGICOS

1.1 - Características técnicas do inquérito

1.1.1 - Principais Objectivos:

- ✓ Actualizar a estrutura de despesas de consumo dos agregados para o cálculo dos ponderadores do Índice de Preço no consumidor;
- ✓ Melhorar a representatividade do Índice de Preço ao consumidor;
- ✓ Fornecer dados para a definição do novo ano base das Contas Nacionais;
- ✓ Fornecer informações necessárias para a elaboração do primeiro “Livro Branco” sobre a pobreza;

1.1.2 - Âmbito do Inquérito

Âmbito Geográfico

Todo o território Cabo-verdiano e foi por amostra.

Âmbito Populacional

Conjunto de todos os indivíduos que vivem em alojamentos não colectivos.

Âmbito Temporal

A tarefa de recolha de informação decorreu no período compreendido entre 23 de Outubro de 2001 a 20 de Outubro de 2002.

1.1.3 - Unidades Estatísticas de Observação

Unidade de Amostra

A unidade Estatística de amostra observada foi o alojamento.

Unidade de Análise – Agregado Familiar

1.1.4 - Períodos de Estudo, de Observação e Referência

Cada agregado foi objecto de **observação directa durante uma quinzena** .

Cada Inquiridor teve a tarefa de inquirir dois Agregados por dia.

A recolha foi dividida em 16 ciclos de 21 dias cada.

Cada ciclo foi constituído por:

15 dias de presença nos agregados familiares com cinco dias de visita por cada agregado.

Três dias de repouso:

Três dias de controlo e preparação do ciclo seguinte

1.1.5 - Tipos de Questionários

- ✓ Questionário das Características de Alojamento, do Agregado e dos Indivíduos
- ✓ Questionário Despesas Diárias dos Agregados
- ✓ Questionário de Alimentação
- ✓ Questionário Despesas Diárias dos Indivíduos

1.1.6 - Amostra

A amostra foi por etapas:

- ✓ Distritos de Recenseamento
 - Alojamentos a inquirir.

Ilha	Urbano	Rural	Total
São Antão	144	384	528
São Vicente	768	96	864
São Nicolau	48	96	144
Sal	144	48	192
Boavista	48	48	96
Maio	48	48	96
Santiago	1.344	1.152	2.496
Fogo	96	288	384
Brava	48	48	96
Cabo - Verde	2.688	2.208	4.896

1.2 - Conceitos

Agregado familiar

Entende-se por agregado familiar, um grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente **sob o mesmo teto e autoridade de um chefe**, mantendo **em comum um mesmo orçamento** para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

Membro do agregado

Será considerado membro do agregado todo o indivíduo que no momento do inquérito satisfaz as seguintes condições:

- ☞ a sua residência principal é a do agregado inquirido;
- ☞ depende economicamente do agregado inquirido, ou seja, as despesas para as suas necessidades essenciais são comuns as do agregado;

Chefe do Agregado Familiar

Trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família.

Cada agregado familiar possui um chefe, e é sempre uma pessoa ali residente, podendo estar presente ou não no momento do inquérito, desde que a ausência seja inferior a dois meses.

Tamanho do agregado familiar

O tamanho do agregado familiar designa o número de membros do mesmo ou seja o número de pessoas que no IDRF foram registados como residentes em cada agregado familiar.

Tamanho médio do agregado familiar

O tamanho médio do agregado familiar é uma média obtida pela relação entre a população e o efectivo de agregados familiares. O tamanho médio do agregado familiar significa assim, o número de pessoas que cada agregado familiar teria, se fossem todos iguais, tendo em conta a população e o número de agregados familiares em referência.

Tipologia familiar

A família é uma instituição universal, mas os seus contornos e as suas funções variam fortemente segundo as sociedades e evoluem no tempo. Está no centro das mudanças sociais, é moldada por estas últimas mas também as influências.

Agregado familiar não significa família, mas regra geral os agregados familiares reagrupam pessoas provenientes de mesma família ou ligadas pelo casamento e a descendência formando a célula geradora da família.

Pode-se distinguir os agregados familiares segundo critérios ligados à co-residência dos conjugues e à presença ou não dos seus filhos e outros membros com laços de parentesco em relação ao chefe do agregado.

Um agregado familiar pode ser constituído de uma só pessoa, por um casal, mais os filhos, por um casal sem filhos, por um casal sem filhos mais os pais de um dos cônjuges etc. Esta diversidade de composição é que define a tipologia dos agregados familiares.

A definição da tipologia de agregados familiares cabo-verdianos teve em devida conta a estrutura dos mesmos.

A estrutura dos agregados familiares estabelece a distribuição média dos laços de parentesco dos membros do agregado familiares para com o chefe e seu cônjuge e permite medir o grau de extensão dos agregados familiares a pessoas não aparentadas dos chefe.

Nesta base definiu-se a tipologia de agregados familiares cabo-verdianos, que se estrutura em torno de três grandes categorias: agregados unipessoais, agregados não conjugais e agregados conjugais.

Agregados unipessoais

Trata-se dos agregados de uma só pessoa.

Agregados não conjugais

Os agregados não conjugais foram subdivididos em:

Agregados monoparentais nucleares – Agregados constituídos por um dos pais, os filhos e inclui ou não os enteados, ou então constituídos por um dos pais e os enteados.

Outros agregados não conjugais – São os agregados familiares constituídos:

por um dos pais, mais os filhos, netos, sobrinhos, enteadas ou genros;

ou pelo chefe, pelos irmãos, pelos sobrinhos e pessoas que tem outra relação de parentesco com o chefe ou sem qualquer relação de parentesco com este;

Poderá, ainda, ser constituído pelo chefe, pelo seus filhos, pelos genros/noras, enteados, sobrinhos pessoas com outra relação de parentesco e pessoas sem qualquer relação de parentesco com o chefe.

Agregados conjugais

Os agregados conjugais compreendem os três tipos seguintes:

Casais isolados

Agregados familiares constituídos exclusivamente pelo chefe e respectivo cônjuge

Agregados conjugais nucleares

Agregados familiares constituídos pelo chefe, pelo respectivo cônjuge e os filhos e/ou os enteados.

Outros agregados conjugais

São agregados que constituídos:

Pelo chefe, pelo respectivo cônjuge e pelos netos sobrinhos, enteados, genros ou noras;

Pelo chefe, pelo respectivo cônjuge, pelos irmãos, pelos sobrinhos do chefe e pessoas que têm outra relação de parentesco ou que não tenham qualquer relação de parentesco com o chefe;

Pelo chefe, pelo respectivo cônjuge, pelos filhos, genros/noras, enteados, sobrinhos, pessoas com outra relação de parentesco e pessoas sem qualquer relação de parentesco com o chefe;

Tipo de Alojamento

É o local distinto independente, caracterizado pelo modo como foi construído, ampliado ou transformado que se destina a habitação humana, na condição em que se encontra no momento do inquérito não estando a ser utilizada para outros fins.

Assim, considera-se habitação os seguintes espaços:

Casa individual

É uma unidade de habitação (rés do chão ou duplex) cercada por muros de tipo clássico e cuja entrada principal dá, geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício.

Apartamento

Alojamento familiar inserido no edifício de construção permanente com mais de um fogo cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio. Cada fogo beneficia dos serviços da electricidade e da água de forma independente.

Vivenda

É uma unidade habitacional uni familiar, com um número de quartos não inferior a três, com duas ou mais casas de banho, sala e cozinha, um bom nível de acabamento, e que tenha muro e jardim à frente de um pátio (vulgo quintal).

Barraca

É uma unidade de alojamento construída com restos de material velho, tais como cartões, latas, madeiras, bidões e outros.

Parte de casa

Partes de uma casa, individual, apartamento ou vivenda, ocupado por um agregado. Os elementos desse agregado não desfrutam de todos os compartimentos.

Nível de conforto

O Índice de Conforto foi construído, utilizando variáveis ligadas ao fenómeno da pobreza crónica, ou seja: principal fonte de água de uso doméstico, a posse de casa de banho e retrete, de rádio, de televisão, de automóvel, de leitor de videocassete, de frigorífico, pelo número médio de pessoas por quarto de dormir, principal fonte de energia para a iluminação, principal fonte de energia para a preparação dos alimentos;

As variáveis utilizadas foram registadas na secção características e condições de habitação.

A presente metodologia utilizou dois métodos estatísticos para eliminar as auto-correlações das variáveis seleccionadas: **O método das correspondências múltiplas** e o **método da classificação múltipla**.

O método das correspondências múltiplas, aplicado as variáveis correlacionadas com o nível de conforto permite a criação de um índice geral, no qual, são consideradas as relações entre as variáveis que foram introduzidas no método. Este método calcula um valor numérico para cada família. Um valor alto significa que a família tem um alto nível de conforto, e um valor baixo deste índice significa que a família tem um baixo nível de conforto. Posteriormente, pelo **método da classificação múltipla** (método de regressão múltipla aplicável a variáveis categorizadas) aplicado entre este índice calculado como anteriormente referido e as variáveis de origem, calculou-se os ponderadores para cada resposta, eliminando, ao mesmo tempo, as auto-correlações entre as variáveis.

DESPESAS

Despesa total de consumo dos Agregados

A despesa de consumo dos agregados refere às compras em dinheiro e em espécie de todos os bens e serviços dos agregados e o valor monetário dos bens auto-produzidos pelos agregados.

Quintil das Despesas Percapita Individuais

1º Quintil – Despesas Anuais Percapita Individuais menor igual a 34.656\$00

2.º Quintil - Despesas Anuais Percapita Individuais maior que 34.656\$00 e menor igual a 57.026\$00

3.º Quintil - Despesas Anuais Percapita Individuais maior que 57.026\$00 e menor igual a 90.995\$00.

4.º Quintil - Despesas Anuais Percapita Individuais maior que 90.995\$00 e menor igual a 170.394\$00

5.º Quintil - Despesas Anuais Percapita Individuais maior que 170.394\$00.

CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO ALOJAMENTO

As características do alojamento em que se vive, quer a tipologia, quer os materiais utilizados na sua construção podem ser um indicador do nível de bem estar económico e social dos agregados, e da população, globalmente.

Assim, de acordo com os resultados obtidos no IDRF 2001/2002, podemos aferir sobre as condições em que a população cabo-verdiana vive.

2.1 – Tipologia dos alojamentos

Os dados do IDRF 2001/2002 apuraram um total de 470.687 indivíduos distribuídos por cerca de 95.257 agregados familiares.

Os agregados familiares, na sua grande maioria (86%), vivem em habitações intituladas de casas individuais, cuja descrição é de ser “uma unidade de habitação (rés do chão ou dúplex) cercada por muros de tipo clássico”. O peso em relação aos outros tipos de alojamento é bem diferenciada qualquer que seja o meio, urbano ou rural, ou as ilhas ou zonas de estudo. Assim, constata-se que 79% dos agregados rurais e 95% dos agregados urbanos vivem em casas individuais. Em qualquer uma das ilhas a proporção de agregados que vive em casas individuais ultrapassa os 77%.

De seguida, constata-se que cerca de 8% dos agregados vivem em partes de casa, 4% vivem em apartamentos e cerca de 1% em vivendas e barracas.

Viver em partes de casa é mais comum nos meios urbanos, com cerca de 11% dos agregados a viverem em partes de casa, contra 4% no meio rural. Com efeito, ganha maior expressão no conjunto das Outras Ilhas (S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava) com 13%, na Praia Urbano (12%) e em S. Vicente (10%).

Apesar de somente 1% da população viver em barracas, esta situação pode ser considerada grave tendo em consideração que a sua incidência se faz sentir nas zonas urbanas, principalmente nas periferias, fruto, talvez da deslocação de pessoas do campo para as cidades e da mobilidade populacional entre as ilhas, contribuindo para a evolução do retrato da pobreza urbana. Os 2% dos agregados urbanos que vivem em barracas representam cerca de 74% do total de barracas existentes em todo o país.

Podemos constatar que, o fenómeno das barracas ganha visibilidade principalmente em S. Vicente, Outras ilhas e S. Antão, com 46%, 24% e 17% do total das barracas existentes no país, respectivamente.

Quadro 1 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O TIPO DE ALOJAMENTO						
	Total	TIPO DE ALOJAMENTO				
		Casa Individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de Casa
Cabo Verde	100,0	85,8	4,2	0,7	1,3	8,0
Urbano	100,0	78,7	7,1	1,2	1,7	11,4
Rural	100,0	95,3	0,2	0,0	0,8	3,7
S. Antão	100,0	89,3	2,0	0,0	2,0	6,7
S. Vicente	100,0	77,9	6,5	2,2	3,5	9,9
Fogo	100,0	92,5	1,0	0,3	0,3	5,9
Praia Urbana	100,0	78,4	8,9	0,6	0,3	11,9
Resto de Santiago	100,0	95,3	1,4	0,1	0,3	3,0
Outras Ilhas	100,0	80,6	2,6	1,1	2,6	13,2
<hr/>						
Cabo Verde	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Urbano	57,0	52,3	97,5	98,2	74,2	80,4
Rural	43,0	47,7	2,5	1,8	25,8	19,6
S. Antão	10,8	11,2	5,1	0,0	16,7	9,0
S. Vicente	16,5	15,0	25,9	52,8	45,7	20,3
Fogo	8,0	8,6	1,9	3,7	1,9	5,8
Praia Urbana	23,5	21,4	49,8	20,7	5,4	34,7
Resto de Santiago	29,3	32,5	10,0	3,4	6,4	10,8
Outras Ilhas	11,9	11,2	7,3	19,4	23,9	19,5

Quer os apartamentos, quer as vivendas, são tipos de alojamentos, considerados urbanos, pois é neste meio onde a sua incidência se faz sentir em detrimento da pouca expressão no meio rural. S. Vicente e Praia são as zonas do país onde encontramos um número significativo de agregados a viver em apartamentos, 7% e 10%, respectivamente, e a viver em vivendas, 2% e 1%, respectivamente.

2.2 – Materiais utilizados na construção da habitação

Independentemente da tipologia, do número de divisões da casa e de espaços reservados para a higiene pessoal e para cozinhar, a maioria das habitações existentes em Cabo Verde são construídas utilizando blocos de cimento rebocado ou pedra (46%) e argamassa rebocada (32%) nas paredes, betão armado (75%) ou telha (19%) na cobertura e cimento (79%) ou mosaico (14%) para pavimentar.

No entanto, quando se considera um ou outro tipo de alojamento, podemos constatar que existem algumas preferências de materiais.

Assim, podemos observar, no quadro abaixo, comparativamente aos materiais utilizados nas paredes das tipologias mais recentes, os apartamentos e as vivendas, que a utilização de pedra e argamassa para construção das paredes está cada vez mais em desuso (11%).

Quadro 2 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO POR MATERIAIS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DA PAREDE, COBERTURA E PAVIMENTO						
Material utilizado para construção da habitação	Total	TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO				
		Casa Individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de Casa
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<u>A PAREDE DA CASA É DE</u>						
Pedra Solta	2,3	2,4	0,0	0,0	6,0	1,1
Pedra e Argamassa Rústica	7,1	7,6	0,7	0,0	9,8	4,8
Pedra e Argamassa Rebocada	31,7	33,9	11,4	11,2	2,5	24,8
Blocos de Cimento Rústico	9,0	9,2	1,3	0,0	1,6	13,1
Blocos de Cimento Rebocado	46,1	43,8	86,0	88,8	2,6	53,4
Pedra e Terra e/ou outro	3,0	2,7	0,0	0,0	39,3	2,6
Material Provisório	0,9	0,4	0,7	0,0	38,2	0,1
Outro Material Definitivo						
<u>A CASA É COBERTA DE</u>						
Betão Armado	74,6	74,6	94,9	80,2	0,0	75,6
Telha	19,4	20,2	4,0	15,6	7,9	20,9
Fibrocimento	2,6	2,9	1,1	4,1	0,0	0,4
Palha	2,2	2,2	0,0	0,0	16,7	1,0
Lata/Cartão/Saco	1,1	0,0	0,0	0,0	75,4	2,1
<u>O PAVIMENTO DA CASA É DE</u>						
Cimento	79,3	82,2	26,8	11,6	70,1	83,0
Terra	3,8	3,7	0,0	0,0	28,4	3,4
Madeira	1,3	1,4	1,3	3,7	0,0	0,7
Mosaico	14,1	11,4	67,6	76,9	0,0	12,0
Mármore/Marmorite	0,1	0,1	0,8	0,0	0,0	0,0
Parquete	0,4	0,3	2,6	7,8	0,0	0,6
Outro	1,0	1,0	0,9	0,0	1,6	0,3

É conclusivo que os agregados que constroem habitações, tipo vivendas, tendem a primar na escolha dos materiais, principalmente, para pavimentar. Observa-se que, 77% das vivendas utilizam como principal material para o pavimento o mosaico, e 12% o parquete ou madeira.

Relativamente a cobertura de telha, podemos aferir que a nova tipologia ora em voga, as vivendas, tendem a relançar o uso de telhas (16%) não como cobertura no verdadeiro sentido, mas como um elemento decorativo.

Por outro lado, podemos observar que as barracas geralmente são feitas com materiais pouco ou nada resistentes às intempéries climáticas, a destacar algumas cujas paredes são construídas, principalmente, com pedra e terra ou outros materiais provisórios (39%), são cobertas por palha (18%) ou lata/cartão/saco (75%) e com pavimento em terra (28%), não garantindo condições mínimas para o seu desenvolvimento do agregado, principalmente se houver crianças.

Quadro 3 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES POR MATERIAL UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DA PAREDE, COBERTURA E PAVIMENTO DO ALOJAMENTO									
Materiais utilizados na construção	Total	MEIO RESIDÊNCIA		GRUPO DE ILHAS					
		Urbano	Rural	S. Antão	S. Vicente	Fogo	Praia Urbana	Resto de Santiago	Outras Ilhas
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
A PAREDE DA CASA É DE									
Pedra Solta	2,3	1,0	4,0	7,1	0,9	4,4	0,5	2,3	1,7
Pedra e Argamassa Rústica	7,1	3,4	12,0	9,7	3,4	10,3	2,8	11,0	6,2
Pedra e Argamassa Rebocada	31,7	23,1	43,0	20,7	20,8	41,5	21,1	48,8	28,8
Blocos de Cimento Rústico	9,0	9,6	8,3	12,7	11,3	9,5	11,7	6,4	3,6
Blocos de Cimento Rebocado	46,1	60,4	27,1	34,6	59,4	33,1	63,4	30,8	50,1
Pedra e Terra e/ou outro									
Material Provisório	3,0	1,4	5,2	14,7	2,4	0,3	0,3	0,6	6,7
Outro Material Definitivo	0,9	1,2	0,4	0,6	1,8	0,9	0,3	0,1	3,0
A CASA É COBERTA DE									
Betão Armado	74,6	82,9	63,7	70,3	83,8	72,4	88,2	65,7	62,7
Telha	19,4	14,0	26,6	14,0	12,2	26,2	10,4	26,7	29,5
Fibrocimento	2,6	1,1	4,7	1,1	0,2	0,3	0,9	6,7	2,5
Palha	2,2	0,4	4,6	14,4	0,0	0,8	0,1	0,7	3,1
Lata/Cartão/Saco	1,1	1,7	0,4	0,2	3,8	0,3	0,5	0,3	2,2
O PAVIMENTO DA CASA É DE									
Cimento	79,3	73,8	86,6	80,7	76,0	93,9	69,9	85,6	75,9
Terra	3,8	1,4	6,8	14,0	1,1	0,8	1,9	4,6	1,9
Madeira	1,3	1,3	1,4	1,3	0,7	0,3	1,2	0,1	6,3
Mosaico	14,1	22,2	3,3	3,5	20,2	4,2	25,4	7,6	15,4
Mármore/Marmorite	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,3
Parquete	0,4	0,6	0,2	0,0	1,1	0,0	0,8	0,2	0,1
Outro	1,0	0,5	1,6	0,5	0,9	0,8	0,6	1,9	0,1

Observa-se que, relativamente ao material utilizado na construção das paredes, os blocos de cimento rebocado tem maior incidência no meio urbano (60%) em detrimento da pedra e argamassa rebocada que é mais utilizada no meio rural (43%). Este fenómeno justifica-se pelo facto de maior parte das casas do meio rural serem antigas,

construídas na época em que muito se utilizava a pedra e argamassa, e pelo crescimento acelerado das construções no meio urbano.

A nível da cobertura, a maior parte dos agregados residem em casas cobertas de betão armado, no entanto no meio rural uma proporção significativa dos agregados vive em casas cobertas por telhas (27%).

Com excepção do mosaico, que é um material, que já referimos anteriormente, utilizado essencialmente nas vivendas, tipologia hoje em dia muito preferida, principalmente no meio urbano, os pavimentos em terra fazem-se sentir principalmente no meio rural (7%), enquanto que somente 1% dos agregados urbanos residem em habitações pavimentadas com terra.

2.3 - Tipologia segundo as características do chefe do agregado

É evidente que qualquer que seja a variável a analisar segundo a tipologia, apareça uma concentração nas casas individuais, visto que estas representam 86% de todas as habitações.

De acordo com os resultados do IDRF, o sexo não é considerado um determinante na opção de escolha do tipo de alojamento. Contudo, podemos aferir com base nos dados que os agregados chefiados por homens residem em alojamentos com melhor qualidade, pois a proporção de agregados chefiados por homens a residir em apartamentos, vivendas é superior à das mulheres em cerca de 1 ponto percentual. Por outro lado, a viver em partes de casa, a proporção é ligeiramente maior no caso dos agregados chefiados por mulheres.

Segundo os grupos etários definidos, igualmente não se pode aferir que este seja determinante para a escolha de um tipo de alojamento em detrimento de outro. No entanto, podemos realçar o facto de cerca de ¼ dos agregados chefiados por jovens (15-24 anos) residirem em partes de casa, na sua maioria com uma ou duas divisões (32% e 31% respectivamente). O facto de uma proporção destas famílias serem do tipo conjugais nucleares (29%), ou mesmo monoparentais (19%), pode levar-nos a concluir que são famílias economicamente desfavorecidas.

No grupo etário seguinte, 25 a 44 anos, constata-se igualmente uma proporção não desprezível de agregados a residir em partes de casa e em barracas, 2% e 11%, respectivamente.

Nota-se que, a faixa etária dos 45-64 anos apresenta as maiores proporções de agregados que residem em apartamentos (6%) e em vivendas (2%).

Relativamente ao nível de instrução dos chefes, podemos observar que este correlaciona-se com a tipologia das habitações em que vivem. Assim, é nos níveis sem instrução ou EBI onde encontramos as maiores proporções de agregados a residirem em barracas, (2%).

Por outro lado, com os níveis secundários e pós secundário, as proporções de agregados a residirem em apartamentos e vivendas, são significativamente diferentes dos outros níveis. Assim, 11% e 2% dos agregados cujo chefe tem nível secundário residem em apartamentos e em vivendas, respectivamente. Estas proporções

aumentam para 31% e 6%, respectivamente, a residirem em apartamentos e vivendas, no seio dos chefes cujo nível de instrução é pós secundário.

Quadro 4 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO POR CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DO CHEFE E DIMENSÃO DO AGREGADO						
Características do chefe e dimensão do agregado	Total	TIPO DE ALOJAMENTO				
		Casa Individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de Casa
CABO VERDE	100,0	85,8	4,2	0,7	1,3	8,0
SEXO						
Masculino	100,0	85,3	4,6	1,0	1,3	7,8
Feminino	100,0	86,4	3,7	0,2	1,3	8,4
GRUPOS ETÁRIOS						
15 a 24 anos	100,0	68,2	4,1	0,0	3,0	24,7
25 a 44 anos	100,0	82,1	4,8	0,6	1,5	11,0
45 a 64 anos	100,0	89,2	4,5	1,5	1,0	3,7
65 e mais	100,0	93,4	2,3	0,0	0,7	3,7
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
Sem Instrução	100,0	92,9	1,0	0,0	1,8	4,2
EBI	100,0	86,5	1,8	0,3	1,3	10,1
Secundário	100,0	77,9	10,6	1,7	0,2	9,5
Pós-secundário	100,0	59,2	30,8	5,9	0,0	4,2
QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS						
1º até 34.5100,0	100,0	90,4	0,0	0,0	3,1	6,5
2º]34.656 a 57.026] ECV	100,0	90,4	0,7	0,1	1,4	7,4
3º] 57.026 a 90.995] ECV	100,0	90,3	1,6	0,0	1,0	7,1
4º] 90.995 a 170.394] ECV	100,0	87,4	3,2	0,3	0,5	8,6
5º maior que 170.394 ECV	100,0	70,6	15,4	3,1	0,3	10,7
TAMANHO AGREGADO						
1 Indivíduo	100,0	71,0	5,1	0,6	2,2	21,0
2 Indivíduos	100,0	77,9	7,9	0,8	1,8	11,6
3 Indivíduos	100,0	78,5	6,5	1,2	1,5	12,3
4 Indivíduos	100,0	82,8	5,9	1,4	1,5	8,4
5 Indivíduos	100,0	89,5	3,8	0,6	0,7	5,3
6 e mais Indivíduos	100,0	93,9	1,5	0,2	0,9	3,5

O poder económico é sem duvida um factor que condiciona as condições de habitação. Verifica-se que a incidência de agregados a viverem em apartamentos e vivendas recai sobre os agregados com um nível de despesa anual percapita superior a 90.995 ECV. Por outro lado constata-se que existe uma forte incidência dos agregados com níveis de despesa anual percapita inferior a 57.026 ECV (limiar superior do segundo quintil) a residirem em barracas (3% no 1º quintil de despesa e mais de 1% no 2º quintil).

Concluindo, o nível de instrução e o poder económico determinam na escolha de tipos de casas com maior qualidade.

2.4 - Número de divisões

O número de divisões que um alojamento possui, e mais concretamente o número de divisões que o agregado usa exclusivamente para dormir é um indicador frequentemente associado ao nível da pobreza, aos riscos de transmissão de doenças, devido à concentração de pessoas por divisão, assim como, revela o nível de privacidade e promiscuidade em que vivem os membros dos agregados familiares caboverdianos.

Esta análise será de extrema importância no sentido em que a dimensão média dos agregados em Cabo Verde é cerca de 4,9 pessoas e o número médio de divisões por alojamento é de 3,6, do que podemos concluir que em média a concentração é de 1,4 pessoas por divisão.

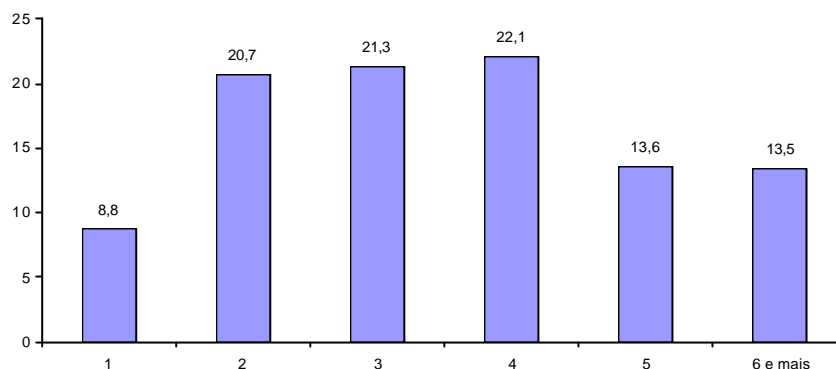
A metodologia do inquérito exclui como divisão da casa: cozinha, casas de banho, varandas, garagens para carros, e divisões que são utilizadas exclusivamente para uso profissional, aceitando somente as divisões consideradas como quartos, escritórios, salas de jantar e visita. As chamadas salas comuns constituem uma única divisão.

Globalmente, a maior parte dos alojamentos existentes em Cabo Verde possuem entre 2 a 4 divisões, sendo 21% com duas divisões, 21% com três divisões e 22% com 4 divisões. Somente 9% dos agregados residem em alojamentos com uma única divisão e 27% reside em alojamentos com mais de 5 divisões.

No entanto pode-se verificar que em média os agregados que vivem em alojamentos com duas divisões são formados por mais de 4 pessoas (4,3). O número médio de efectivos dos que vivem em alojamentos com três divisões aumenta para 5,3 indivíduos e para 5,7 indivíduos entre os agregados que habitam em alojamentos com 5 divisões.

No meio rural podemos aferir que existe uma maior concentração de indivíduos por divisão. Cerca de 50% dos agregados, cuja dimensão varia entre os 3,1 e 5,2 indivíduos habitam casas que possuem, no máximo, três divisões.

Gráfico 1 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO



Quadro 5 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO E A SUA DIMENSÃO MÉDIA								
	Total	NÚMERO DE DIVISÕES E DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS (entre parêntese)						
		1 divisão	2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	6 divisões	7 e mais
Cabo Verde	100,0	8,8	20,7	21,3	22,1	13,6	6,9	6,6
	4,9	3,1	4,3	4,9	5,3	5,7	5,6	6,2
Urbano	100,0	11,3	19,3	20,6	21,7	14,0	6,4	6,7
	4,8	3,2	4,3	4,6	5,0	5,6	5,6	6,1
Rural	100,0	5,4	22,6	22,1	22,6	13,2	7,6	6,4
	5,2	3,1	4,4	5,2	5,5	5,9	5,6	6,3
S. Antão	100,0	12,2	31,6	23,3	20,0	6,9	3,1	3,1
	4,9	2,7	4,8	5,0	5,6	6,3	6,2	6,5
S. Vicente	100,0	11,5	16,5	22,1	22,5	14,4	6,9	6,1
	4,5	3,3	4,2	4,7	5,0	4,9	4,8	4,5
Fogo	100,0	4,4	18,4	26,2	19,8	17,0	7,5	6,6
	5,4	4,8	4,5	5,2	5,3	6,6	5,7	6,4
Praia Urbana	100,0	12,9	22,2	19,8	20,2	13,7	4,8	6,4
	4,8	3,2	4,3	4,8	5,0	5,4	6,1	6,1
Resto de Santiago	100,0	3,2	20,1	20,7	25,0	14,3	8,6	8,0
	5,4	3,0	4,2	5,1	5,6	6,0	6,0	7,1
Outras Ilhas	100,0	10,4	17,1	19,3	21,5	14,6	9,6	7,5
	4,5	2,9	4,0	4,4	4,8	5,5	4,7	5,4

Apesar de, somente cerca 9% dos agregados caboverdianos viverem em alojamentos com uma única divisão, merece alguma análise tendo em consideração que em média estes agregados são constituídos por 3,1 indivíduos.

Quase $\frac{3}{4}$ destes agregados residem no meio urbano (73%), mais concretamente na Praia Urbano (35%) e em S. Vicente (22%).

Na sua maioria (54%) são chefiados por homens, independentemente do meio de residência, com excepção da Praia Urbano onde a maior parte dos agregados que vivem em alojamentos com uma única divisão serem chefiados por mulheres (57%).

Relativamente à idade do chefe destes agregados constatar que colide no intervalo dos 25-44 anos. No entanto podemos realçar que 15% destes agregados são chefiados por jovens (15-24 anos) e 11% por pessoas com mais de 65 anos. Podemos observar que a proporção dos agregados femininos nestas faixas etárias, 15-24 anos e mais 60 anos (15% e 14%, respectivamente), é superior que a verificada aquando da análise dos agregados chefiados por homens (14% e 9%, respectivamente nas faixas 15-24 anos e mais de 65 anos).

Apesar de 71% dos agregados que residem em alojamentos com uma única divisão serem chefiados por indivíduos com emprego podemos aferir que estes constituem na sua maioria agregados com níveis de educação muito baixo (26% sem nível de instrução e 63% com nível EBI), e consequentemente níveis de despesa muito baixo (45% com despesa anual percapita abaixo de 57.026 ECV). O sinal de pobreza torna-se mais visível nestes agregados quando se constata que pouco mais de metade são famílias com filhos, sendo 26% do tipo monoparental nuclear (mãe ou pai com os filhos e/ou enteados) e 27% casais com filhos.

Quadro 6 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE DIVISÕES POR TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO							
TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO	Total	QUANTAS DIVISÕES TEM A CASA					
		1 divisão	2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	6 e mais
Total	100,0	8,8	20,9	21,2	22,0	13,6	13,5
Casa Individual	100,0	5,0	20,2	22,8	23,0	14,7	14,3
Apartamento	100,0	1,6	8,3	21,6	39,8	14,2	14,6
Vivenda	100,0	0,0	0,0	0,0	11,6	32,0	56,4
Barraca	100,0	52,8	47,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Parte de Casa	100,0	46,6	32,4	9,1	6,5	2,8	2,5

Da análise do número de divisões segundo a tipologia do alojamento podemos aferir que as casas individuais na sua grande maioria possuem mais do que uma divisão, sendo 20% destas com duas divisões, 23% com três divisões e mais do 50% possui mais do que 4 divisões. Somente 5% das casas individuais possuem uma única divisão.

O número de divisões dos apartamentos varia entre três e quatro divisões, sendo 22% com 3 divisões e 40% com três divisões.

De acordo com a metodologia, as vivendas são tipos de alojamentos com mais de três divisões, no entanto, as existentes tem na sua grande maioria (88%) mais de 5 divisões, sendo 56% com mais de 6 divisões.

As barracas, como já referimos antes, são alojamentos de fraca qualidade, construídos com materiais pouco ou nada resistentes, talvez resulte que os mesmo não ultrapassam duas divisões, sendo grande parte delas (53%) construídas com uma única divisão.

Pelo conceito de parte de casa, é lógico que 47% das partes de casa possuem uma só divisão, justificado pelo facto de serem quartos arrendados ou cedidos.

Podemos constatar que alojamentos com um quarto, são encontrados na sua maioria nas zonas urbanas, mais concretamente nos grandes centros, Praia Urbano (13%) e S. Vicente e em S. Antão, com 12% a residirem em alojamentos com uma única divisão.

Relativamente ao sexo do chefe do agregado podemos observar a partir do quadro que os agregados chefiados por mulheres residem, na sua maioria, nos alojamentos com duas divisões. Com efeito, 9% e 23% das mulheres chefiam agregados que residem em casas com uma e duas divisões, respectivamente, em detrimento dos 8% e 19% verificados nos agregados chefiados por homens.

Quadro 7 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO POR SEXO DO CHEFE							
SEXO DO CHEFE	Total	QUANTAS DIVISÕES TEM A CASA					
		1	2	3	4	5	6 e mais
CABO VERDE	100,0	8,8	20,7	21,3	22,1	13,6	13,5
SEXO							
Masculino	100,0	8,4	18,9	20,7	23,0	14,5	14,6
Feminino	100,0	9,3	23,1	22,0	21,0	12,5	12,1

Com base no quadro seguinte podemos aferir sobre o nível de privacidade dos membros dos agregados caboverdianos, consoante a tipologia dos mesmos. Um casal a viver num alojamento com uma única divisão configura uma situação de precariedade habitacional, mas, um casal com filhos (Agregados conjugais nucleares), ou um casal com filhos e outros parentes, ou mesmo um agregado do tipo não conjugal a viver num alojamento com uma única divisão para além de retractar a face da pobreza extrema é um sinal de promiscuidade e falta de privacidade.

Quadro 8 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES E DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS POR TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO								
Tipologia dos agregados	número de divisões							
	Total	1 divisão	2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	6 divisões	7 e mais
Total	100,0	8,8	20,7	21,3	22,1	13,6	6,9	6,6
	4,9	3,1	4,3	4,9	5,3	5,7	5,6	6,2
Unipessoais	100,0	27,4	27,3	20,5	14,4	4,8	3,4	2,2
	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0
Monoparental nuclear	100,0	12,5	28,3	20,3	18,8	10,5	5,1	4,5
	3,9	3,4	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,4
Outros Não Conjugais	100,0	4,3	18,2	22,7	23,9	15,3	7,7	7,8
	5,5	4,1	5,1	5,5	5,4	6,1	5,7	6,7
Casais isolados	100,0	13,3	21,2	21,5	20,8	12,2	4,9	6,2
	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Conjugais nucleares	100,0	8,6	22,6	23,3	21,6	12,8	6,8	4,3
	5,1	4,4	4,8	5,2	5,3	5,3	5,3	5,4
Outros Conjugais	100,0	2,1	11,5	18,0	27,0	19,7	9,5	12,1
	7,1	5,4	6,7	7,0	7,1	7,2	7,3	7,4

Podemos constatar que os 9% dos agregados que vivem em casas com uma só divisão tem em média 3,1 indivíduos. A situação torna-se ainda mais preocupante quando se constata que uma percentagem não desprezível destes agregados que vivem em casas com uma única divisão são do tipo Monoparentais (13%) e Casais Nucleares (com filhos ou enteados) (9%), demonstrando uma ausência de privacidade entre os pais e filhos e um ambiente promiscuo.

Em alojamento com duas divisões residem cerca de 21% dos agregados familiares cuja dimensão média ronda os 4,3 indivíduos.

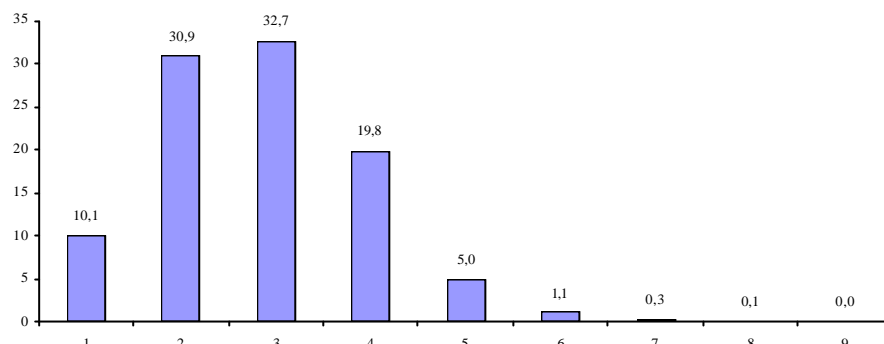
O realce à esta situação é o facto de existirem cerca de 18% de agregados do tipo “outros não conjugais” e 12% de “outros conjugais”, com dimensões médias de 5,1 e 6,7 indivíduos, respectivamente, a partilhar estas duas divisões.

2.4.1. Números de divisões utilizadas exclusivamente para dormir

Para melhor compreender o nível de promiscuidade podemos analisar para além do número de divisões, o número destas que são utilizadas para dormir.

Assim, de acordo com os dados do IDRF podemos concluir que a grande maioria dos agregados (64%) possuem entre 2 a 3 quartos exclusivamente para dormir nas suas residências.

Gráfico 2 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE DIVISOES UTILIZADAS EXCLUSIVAMENTE PARA DORMIR



À medida que o número de divisões da casa aumenta, aumenta igualmente, o número de quartos reservados exclusivamente para dormir.

Dos agregados que vivem em alojamentos com uma divisão, 76% utilizam-na para dormir e para outros fins (receber visitas, cozinhar, etc). Este fenómeno é verificado em quase todos os tipos de alojamento, com excepção dos apartamentos, onde a proporção de agregados que utilizam-na só para dormir é cerca de 59%.

Com mais de que duas divisões encontramos cerca de 15% e 2% de agregados a residirem em habitações com duas e três divisões, respectivamente a declararem não possuir um quarto exclusivamente para dormir.

Quadro 9 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO POR DIVISÕES EXCLUSIVAMENTE PARA DORMIR

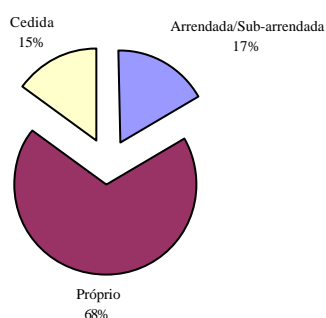
DIVISÕES EXCLUSIVAMENTE PARA DORMIR	TOTAL	NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO						
		1 divisão	2 divisões	3 divisões	4 divisões	5 divisões	6 divisões	7 e mais
0	10,1	75,9	14,7	1,6	0,0	0,2	0,0	0,3
1	30,9	24,1	77,6	34,2	15,1	7,4	9,5	6,4
2	32,7	0,0	7,7	62,4	47,4	31,8	26,5	18,2
3	19,8	0,0	0,0	1,9	37,2	47,0	39,4	31,6
4	5,0	0,0	0,0	0,0	0,3	13,1	21,4	24,9
5	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	2,8	12,9
6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	4,2
7	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

2.5. – Regime de ocupação

A análise do gráfico abaixo confirma a preferência nítida dos cabo-verdianos em ter casa própria. A importância do ramo de actividade da construção e em especial das construções habitacionais no Produto Interno Bruto (PIB), o crescimento visível das construções na cintura dos grandes centros urbanos, podem explicar o facto de

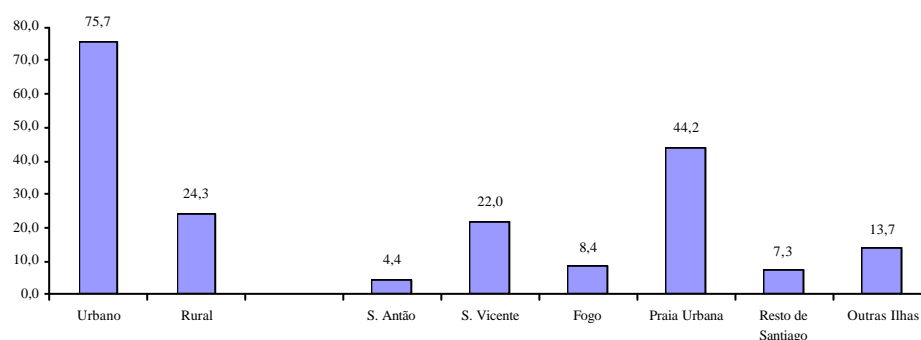
68% dos agregados possuem casa própria. Os restantes subdividem-se em 17% a viverem em casas arrendadas/subarrendadas e 15% a viverem em casas cedidas.

Gráfico 3 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O REGIME DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO - CABO VERDE -



Segundo a tipologia da habitação podemos aferir que as vivendas são as casas que menos se arrenda/subarrenda. Por outro lado, podemos constatar que 50% dos agregados que residem em partes de casa pagam a renda, e 27% porque lhes são cedidas. Dos 23% restantes podemos concluir que são agregados que residem em casas próprias mas que arrendam parte(s) do próprio alojamento. Este fenómeno acontece na sua maioria em meios urbanos (76%), mais concretamente nos grandes centros urbanos, Praia Urbana (44%) e S. Vicente (22%).

Gráfico 4 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE ALUGAM PARTE DOS PRÓPRIOS ALOJAMENTOS



Os apartamentos, vêm logo a seguir às partes de casa, como as mais arrendadas/subarrendadas, com 44%, sendo 45% destas habitadas pelos próprios donos.

Relativamente aos agregados que vivem em barracas ainda uma percentagem significativa, 20%, paga a renda.

O regime de ocupação da unidade de alojamento apresenta algumas diferenças consideráveis entre os meios de residência.

Quadro 10 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO POR REGIME DE OCUPAÇÃO						
Regime de ocupação	Total	TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO				
		Casa Individual	Apartamento	Vivenda	Barraca	Parte de Casa
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Arrendada/Subarrendada	16,9	12,6	43,7	10,4	20,4	49,7
Próprio	68,0	73,4	44,6	86,2	53,5	23,5
Cedida	15,0	14,0	11,7	3,4	26,1	26,8

O arrendamento parece ser um regime predominantemente urbano, enquanto que no meio rural é maior a preferência por casa própria ou cedida (18%).

Assim, no meio urbano cerca de ¼ dos agregados habitam em casas arrendadas/subarrendadas e 62% habitam em casas próprias.

No meio rural pouco mais de ¾ vivem em casas próprias (76%) e somente 6% habitam sob o regime de arrendamento.

As diferenças persistem a nível da repartição espacial. Resto de Santiago e Fogo são as zonas do país onde a grande maioria dos agregados habitam em residências próprias (80% e 74%, respectivamente). Por conseguinte, apresentam as menores proporções de agregados a ocuparem casas em regime de arrendamento (6% e 8%, respectivamente).

É em S. Vicente e na Praia urbano onde observa-se uma percentagem significativa de agregados a viverem em alojamentos sob o regime de arrendamento (27% e 25%, respectivamente) seguido das outras ilhas com 21%.

A tendência de morar em casas cedidas é mais marcante em S. Antão e nas Outras ilhas, onde cerca de 24% e 21% dos agregados, respectivamente, vivem em casas cedidas.

Não se constata diferenças no regime de ocupação quando analisado os casos segundo o sexo do chefe do agregado.

Caso que merece realce é o facto da incidência de agregados com casa própria ser maior entre os agregados cujo nível de despesa é mais baixo. Ou seja, enquanto que 73% dos agregados cujo nível se situa n 1º quintil de

despesas tem casa própria somente 59% dos agregados com nível de despesa superior a 170 contos tem casa própria.

Quadro 11 - REPARTIÇÃO ESPACIAL E POR SEXO DO CHEFE DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O REGIME DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO				
Repartição espacial, por sexo, ...	TOTAL	A casa que ocupa é		
		Arrendada/Subarrendada	Próprio	Cedida
CABO VERDE	100,0	16,9	68,0	15,0
URBANO/RURAL				
Urbano	100,0	25,2	61,8	13,0
Rural	100,0	6,0	76,4	17,6
GRUPO DE ILHAS				
S. Antão	100,0	14,6	61,2	24,2
S. Vicente	100,0	26,6	60,0	13,4
Fogo	100,0	8,4	73,6	18,0
Praia Urbana	100,0	25,3	64,6	10,0
Resto de Santiago	100,0	6,4	80,1	13,5
Outras Ilhas	100,0	20,7	58,7	20,6
SEXO				
Masculino	100,0	17,4	67,6	15,0
Feminino	100,0	16,4	68,6	15,0
QUINTIL DE DESPESAS				
Menor ou igual a 34.656 ECV	100,0	9,4	73,0	17,6
]34.656 a 57.026]	100,0	12,9	72,8	14,2
]57.026 a 90.995] ECV	100,0	15,2	69,6	15,2
]90.995 a 170394]	100,0	19,5	65,3	15,2
Mais de 170.394 ECV	100,0	27,7	59,5	12,8

CAPÍTULO III – ACESSO A ÁGUA POTÁVEL E CONDIÇÕES SANITÁRIAS E DE HIGIENE

O sétimo Objectivo do Milénio para o Desenvolvimento, de que Cabo Verde é signatário, é garantir a sustentabilidade ambiental.

“Um bilhão de pessoas ainda não têm acesso a água potável. Ao longo dos anos 90, no entanto, quase o mesmo número de pessoas ganharam acesso à água bem como ao saneamento básico. a água e o saneamento são dois factores ambientais chaves para a qualidade da vida humana. Ambos fazem parte de um amplo leque de recursos naturais que compõem o nosso meio ambiente - florestas, fontes energéticas, o ar e a biodiversidade - e de cuja protecção dependemos nós e muitas outras criaturas neste planeta. Os indicadores identificados para esta meta são justamente "indicativos" da adopção de atitudes sérias na esfera pública. Sem a adopção de políticas e programas ambientais, nada se conserva em grande escala, assim como sem a posse segura de suas terras e habitações, poucos se dedicarão à conquista de condições mais limpas e saudáveis para seu próprio entorno.»

Com efeito, a análise da origem da água para uso doméstico, a posse de casa de banho e retrete, a forma de evacuação das águas residuais, e dos resíduos sólidos (lixos caseiros), alguns dos factores ambientais chaves para a qualidade da vida humana, permitem-nos definir o essencial perfil sanitário dos agregados caboverdianos, assim como, conhecer as fragilidades existentes nesta área.

3.1- Acesso a água potável

A água constitui um elemento essencial à vida animal e vegetal. Seu papel, no desenvolvimento da civilização é reconhecido desde a antiguidade.

O homem tem necessidade de água de qualidade e em quantidade suficiente para todas as suas necessidades, não só para protecção da sua saúde como também para o seu desenvolvimento económico. Assim, a importância do abastecimento de água deve ser encarada sob os aspectos sanitário, ambiental e económico.

A implantação ou melhoria dos serviços de abastecimento de água traz como resultado uma rápida e sensível melhoria na saúde e nas condições de vida de uma comunidade, principalmente, através do controlo e prevenção de doenças e de preservação do ambiente.

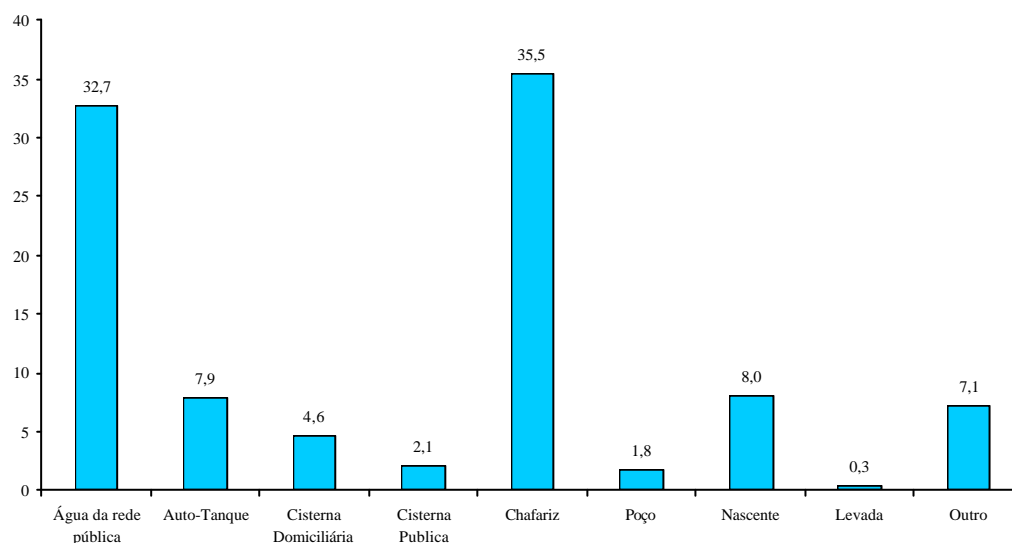
Em Cabo Verde, a adução de água potável tem vindo a ser uma das principais prioridades das políticas públicas, tentando garantir que a comunidade conte com água de qualidade adequada e em quantidade suficiente para todas as suas necessidades.

Na ausência de um padrão de potabilidade aprovado em Cabo Verde, optamos por considerar como água potável toda a água que o agregado consome originária da rede pública, do chafariz e dos auto-tanques, fontes convencionalmente potáveis, consideradas na maior parte dos estudos realizados pelo INGRH.

3.1.1 Qualidade e Origem da água

De acordo com os resultados do QUIBB 2006, 85% já tem acesso a água potável. Destes, em cada 100 agregados 39 abastecem através de ligações à rede pública de abastecimento, 39 abastecem através das chafarizes, e 6 abastecem através de autotanques. Os restantes 23% de agregados consomem água considerada não potável, por ter origens diversas e que não dão garantia de qualidade da água.

Gráfico 5 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PRINCIPAL ORIGEM DA ÁGUA UTILIZADA PARA USO DOMESTICO



A nível nacional, a taxa de cobertura de água potável à população já atinge níveis considerados aceitáveis, segundo os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, no entanto a nível das ilhas e do meio de residência ainda persistem situações deveras preocupantes.

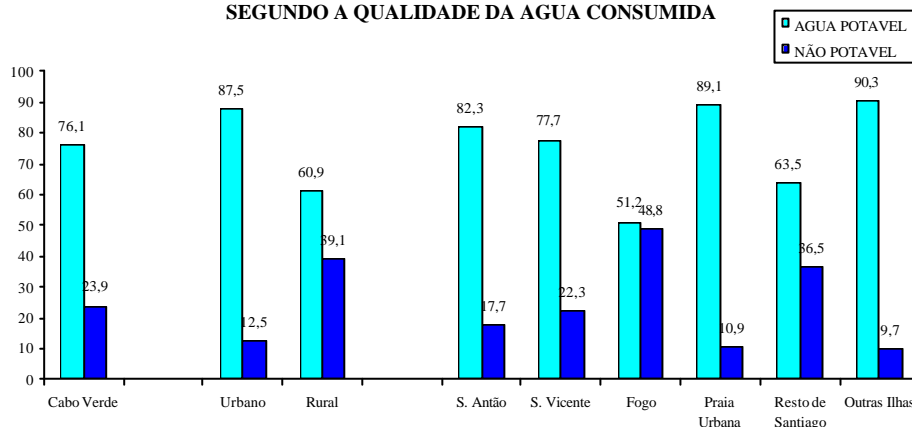
No meio urbano, 93% dos agregados consomem essencial água potável, cuja principal origem são a rede pública de abastecimento, os chafarizes e autotanques, contra 77% dos agregados no meio rural.

Somente os concelhos SD, SM, SLO, RGST, MO, E SCFO ainda não atingiram os 75% da população com acesso à água potável, realçando o facto do caso de SSM onde a proporção fica abaixo dos 44%.

Contudo, de acordo com as metas do Documento Estratégico para o Crescimento e Redução da Pobreza (ECRP), um dos indicadores que permite avaliar as melhorias e os desenvolvimentos de infra estruturas básicas, é a proporção de agregados com ligação à rede publica de distribuição de agua. De acordo com a metodologia do QUIBB, os resultados permitem aferir somente sobre os agregados que têm como a principal fonte de agua a ligação à rede publica.

Assim, pode-se observar que a meta estipulada para 2006, de atingir os 60% dos agregados ligados à rede publica está longe de ser atingida. Mesmo no meio urbano, somente 58% dos agregados afirmam ter a rede publica como a principal fonte de agua. No meio rura

**Gráfico 6 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES
SEGUNDO A QUALIDADE DA AGUA CONSUMIDA**

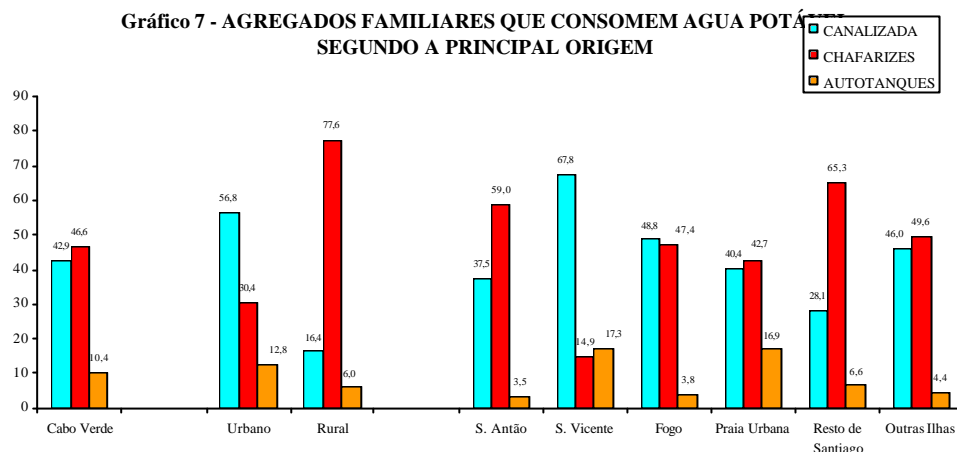


No que diz respeito à origem da água, observa-se que a nível nacional, 47% da água potável consumida vem dos chafarizes, 43% da ligação à rede publica e 10% é através de autotanques.

Enquanto que no meio urbano a principal origem da água potável consumida é da ligação à rede publica de abastecimento (57%), no meio rural, os agregados abastecem principalmente nos chafarizes (78%).

S. Vicente é a ilha onde a distribuição da água potável é na sua maioria através da rede publica, com 68% dos agregados a consumirem água canalizada, é onde a incidência de distribuição através de autotanques é maior (17%) e onde se observa o menor consumo através dos chafarizes.

O abastecimento nos chafarizes é mais frequente nas ilhas de S. Antão, e no Interior de Santiago, com cerca de 59% e 65% dos agregados, respectivamente, a consumirem água dos chafarizes.



	Total	Água da rede pública	Auto-Tanque	Cisterna Domiciliária	Cisterna Publica	Chafariz	Poço	Nascente	Levada	Outro
Cabo Verde	100,0	32,7	7,9	4,6	2,1	35,5	1,8	8,0	0,3	7,1
Urbano	100,0	49,7	11,2	0,2	0,9	26,6	0,0	0,1	0,1	11,2
Rural	100,0	10,0	3,6	10,3	3,7	47,3	4,2	18,5	0,7	1,7
S. Antão	100,0	30,9	2,9	0,5	1,0	48,5	0,2	12,3	0,6	3,1
S. Vicente	100,0	52,6	13,5	0,0	2,4	11,6	0,4	0,2	0,0	19,4
Fogo	100,0	25,0	1,9	36,7	8,1	24,2	0,0	0,2	0,0	3,9
Praia Urbana	100,0	36,0	15,1	0,2	0,3	38,0	0,0	0,2	0,0	10,2
Resto de Santiago	100,0	17,8	4,2	4,2	2,7	41,5	5,0	21,7	0,8	2,1
Outras Ilhas	100,0	41,5	4,0	2,4	1,2	44,8	2,2	1,7	0,1	2,1

Já no meio rural, somente 61% dos agregados têm acesso a água potável, sendo os chafarizes a maior origem, com 47% da população a abastecer por meio delas.

S. Antão apresenta a maior incidência de agregados a abastecerem nos chafarizes (49%), seguindo das Outras ilhas (45%) e Resto Santiago (42%).

Observa-se que o hábito de abastecer a partir dos autotanques é mais frequente nas zonas urbanas, e tem maior incidência na Praia Urbana (15%) e em S. Vicente(14%).

Mesmo com a irregularidade das chuvas ainda cerca de 8% dos agregados caboverdianos consomem água das nascentes. Este facto tem maior incidência nas ilhas montanhosas de S. Antão (12%) e no interior de Santiago (22%).

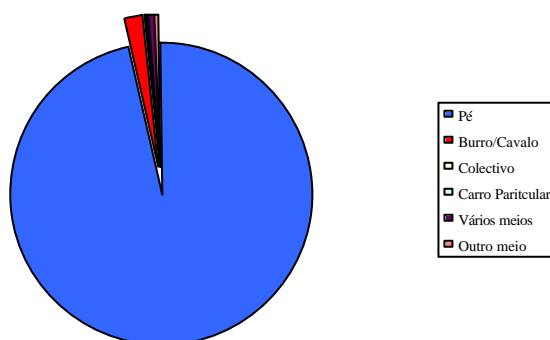
3.1.2- Meio de transporte e o tempo despendido para obtenção de água

Não nos basta analisar a origem da água que os agregados consomem sabendo que a grande maioria, para terem água potável, têm que se deslocar das suas próprias residências, representando dispêndio de tempo e de energia que podia ser aplicado em outras tarefas.

Sendo os chafarizes a única fonte de água potável que exige deslocação e tempo disponível para sua obtenção, passamos a analisar o tempo despendido e o meio de transporte que os agregados utilizam para transportar a água.

Assim, podemos constatar que a grande maioria (96%) vai buscar a água ao chafariz a pé, e 2% utiliza o burro ou cavalo como meio de transporte.

Gráfico 8 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA ABASTECIMENTO DE AGUA NAS CHAFARIZES



Independentemente do meio de transporte utilizado, 78% dos agregados levam menos de 14 minutos para chegar ao chafariz, mais perto de casa.

No entanto, podemos observar a partir do quadro abaixo que, 79% dos agregados que se deslocam a pé para abastecer de água nas chafarizes, percorrem até 14 minutos para chegarem aos chafarizes.

Assim, como regra geral, um indivíduo transporta de cada vez entre 20-30 litros de água, e considerando o tempo máximo, de 14 minutos, que a maioria dos agregados fazem para chegar aos chafarizes, podemos concluir

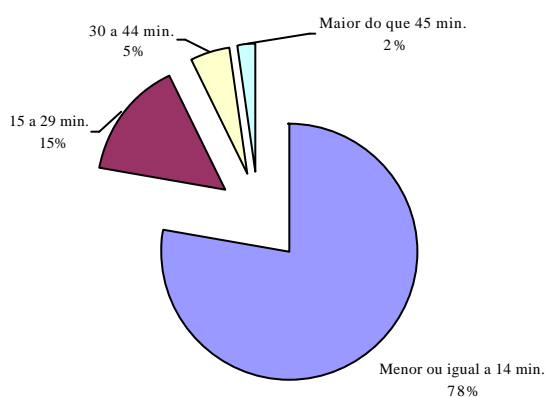
que para o agregado obter a quantidade diária mínima percapita (20 litros no meio rural e 30 litros no meio urbano), um dos seus membros despende cerca de 56 minutos a percorrer a distância (ida e volta) entre a casa e o chafariz, para além do tempo de espera para ser atendido.

Ainda uma percentagem significativa de agregados que se deslocam a pé para abastecerem no chafariz (15%), fazem o tempo de 15-29 minutos entre a residência e o local de abastecimento, o que quer dizer, despendem entre 30-58 minutos para abastecer num máximo de 20-30 litros de água.

Observa-se igualmente que mesmo utilizando o burro ou o cavalo, como meio de transporte, 45% dos agregados faz o tempo de 15-29 minutos para chegar ao local onde obtém água para uso doméstico.

Apesar de ser cerca de 2% dos agregados a utilizarem outros meio de transporte para abastecimento da água (tais como carro particular, carro colectivo ou mesmo vários meios) podemos constatar que uma boa percentagem esses agregados residem em zonas onde não existem chafarizes por perto, pois cerca de 29% dos agregados que utilizam o carro, e 28% que utilizam vários meios para transporte da água demoram mais de 45 minutos para chegarem aos locais de abastecimento de água.

Gráfico 9 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O TEMPO DISPENDIDO ENTRE O ALOJAMENTO E O PRINCIPAL LOCAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA



Meio de transporte	Tempo entre a residência e o local de abastecimento				Total
	<= 14 min	15 a 29	30 a 44	> 45 min.	
Qualquer meio transporte	77,7	15,2	5,0	2,1	100,0
Pé	79,3	14,4	4,7	1,6	100,0
Burro/Cavalo	25,2	44,5	17,0	13,3	100,0
Colectivo	59,4	0,0	40,6	0,0	100,0
Carro Particular	57,1	14,3	0,0	28,6	100,0

Vários meios	21,8	43,5	7,1	27,6	100,0
Outro meio	68,2	31,8	0,0	0,0	100,0
Pé	98,4	91,3	90,3	75,5	96,4
Burro/Cavalo	0,6	5,5	6,3	11,8	1,9
Colectivo	0,2	0,0	2,4	0,0	0,3
Carro Particular	0,2	0,2	0,0	3,4	0,2
Vários meios	0,2	2,0	1,0	9,3	0,7
Outro meio	0,4	0,9	0,0	0,0	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

3.1.3- Quantidade de água consumida

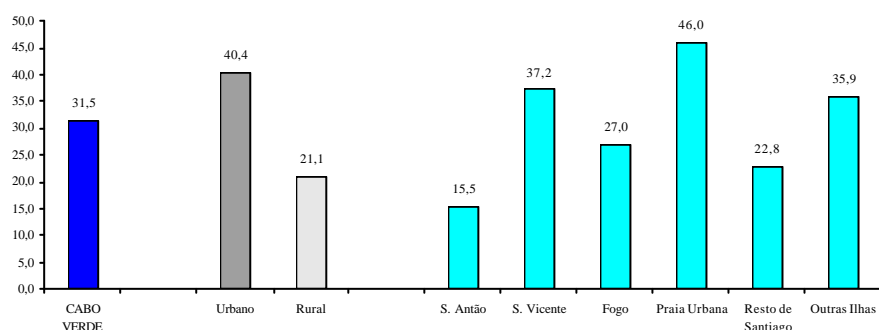
O consumo médio diário/percapita de água a nível nacional ronda os 31,5 litros. Se a nível nacional estamos longe de atingir os mínimos recomendados pelas organizações internacionais, a situação torna-se mais preocupante quando descemos a nível do meio de residência e dos domínios de estudo.

No meio urbano o consumo diário/percapita é quase duas vezes superior ao consumo no meio rural (40,4 litros diários/pessoa no meio urbano contra 21,1 litros diários/pessoa no meio rural).

É na Praia Urbana onde encontramos o maior consumo diários/pessoa, 46,0 litros. Segue-se S. Vicente e Outras Ilhas, com 37,2 e 35,9 litros, respectivamente.

Os outros domínios apresentam consumos muito abaixo da média nacional, a destacar o caso de S. Antão onde o consumo médio diários/pessoa fica nos 15,5 litros.

Gráfico 10 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A QUANTIDADE DE ÁGUA PERCAPITA CONSUMIDA DIARIAMENTE

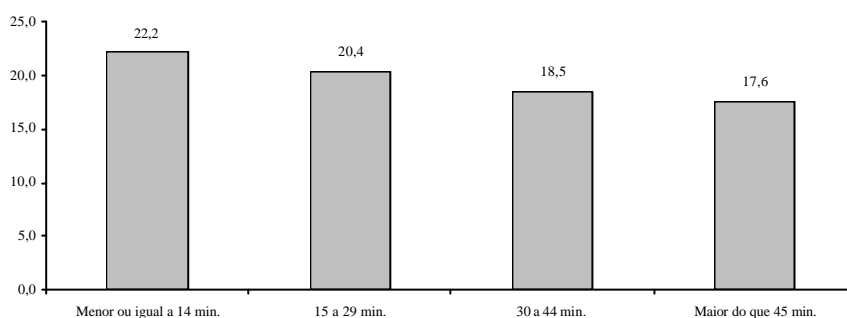


É notório que o consumo está muito correlacionado com a principal origem da água. Os agregados cuja principal origem da água para uso doméstico é a rede pública consomem, em média, diariamente 56,1 litros de água por pessoa. Seguem-se os agregados cuja origem da água são as cisternas domiciliárias com cerca de 27,3 litros

diário/pessoa. No entanto, a que salientar que esta água não é considerada como água potável, tendo em conta a sua origem.

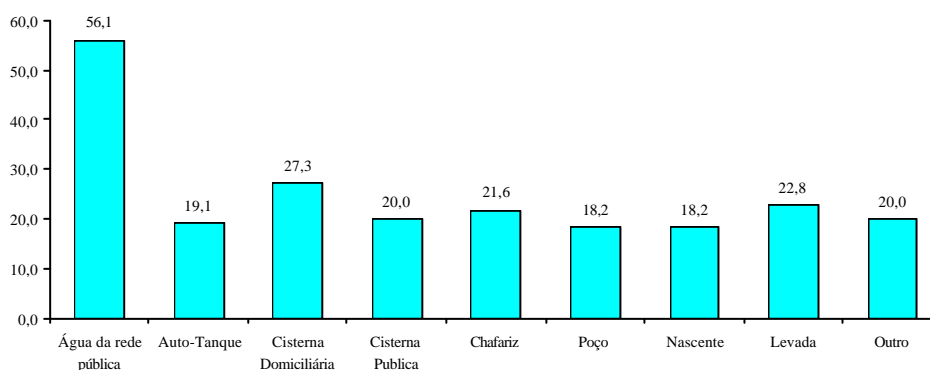
Os agregados que abastecem, principalmente, nos chafarizes, têm um consumo médio diário/percapita de 21,6 litros. Este consumo vai diminuindo consoante a distância que os membros do agregado têm a percorrer. Assim, enquanto que, os que percorrem até 14 minutos até ao chafariz consomem 22,2 litros diário/percapita, os que levam mais do que 45 minutos consomem somente 17,6 litros diário/percapita.

Gráfico 11 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O CONSUMO DIÁRIO/PERCAPITA DE AGUA POR TEMPO DISPENDIDO ENTRE O ALOJAMNETO E O CHAFARIZ



O baixo consumo dos agregados que abastecem principalmente dos autotanques (19,1 litros diário/percapita), poderá ser explicado pelo difícil acesso, tendo em consideração as poucas empresas no ramo, e por outro pelo custo, que é mais elevado, em relação às outras origens.

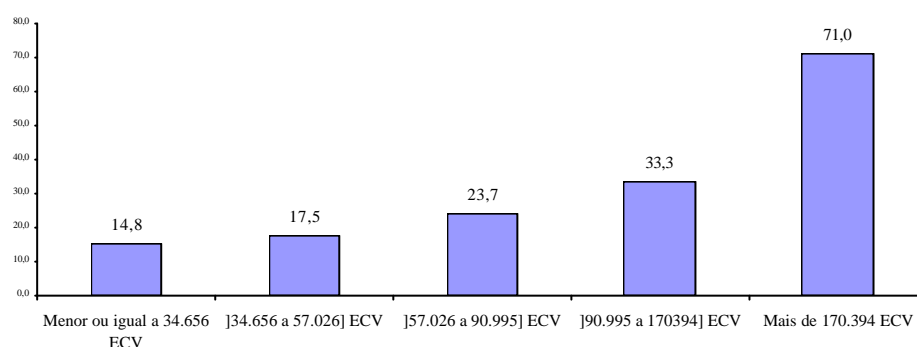
Gráfico 12 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O CONSUMO MÉDIO DIÁRIO/PERCAPITA DE AGUA POR PRINCIPAL ORIGEM



Quer o nível de despesa anual percapita, quer a dimensão dos agregados, são determinantes do consumo médio de água diário/percapita. Enquanto que o consumo aumenta com o aumento do nível de despesa, diminui com o aumento do tamanho do agregado.

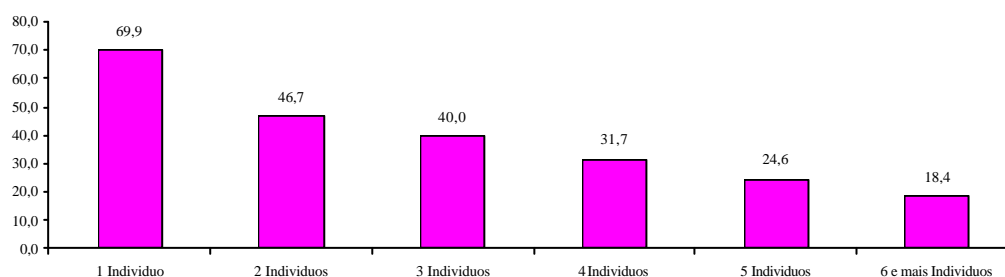
Assim, podemos observar, no gráfico abaixo, que os agregados cujo nível de despesa não ultrapassa os 34.656 ECV, o consumo diário/percapita é de 14,8 litros, os cujo nível de despesa é entre]90.995 a 170394] ECV o consumo é de cerca de 33,3 litros e aumenta para mais do dobro (71,0 litros) nos agregados com nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV.

Gráfico 13 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O CONSUMO MÉDIO DIÁRIO/PERCAPITA DE AGUA POR QUINTIS DE DESPESA ANUAL PERCAPITA



Os agregados unipessoais consomem em média cerca de 69,9 litros de água diariamente. À medida que vai aumentando o número de membros observa-se uma diminuição no consumo de água diário. Agregados com 4 indivíduos consomem mais ou menos como a média nacional, 31,7 litros diários/percapita. Já os com 5 e os com 6 e mais indivíduos tem um consumo de cerca de 24,6 e 18,4 litros diários/percapita, respectivamente.

Gráfico 14 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O CONSUMO MÉDIO DIÁRIO/PERCAPITA DE AGUA POR TAMANHO DO AGREGADO



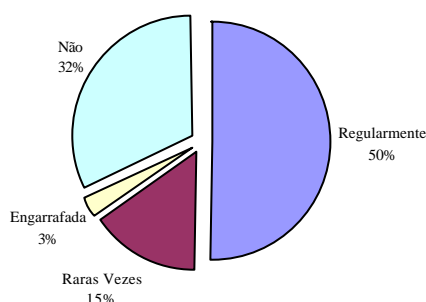
3.1.4- Qualidade da água para beber

Como referimos anteriormente, o homem tem necessidade de água de qualidade e em quantidade suficiente para todas as suas necessidades.

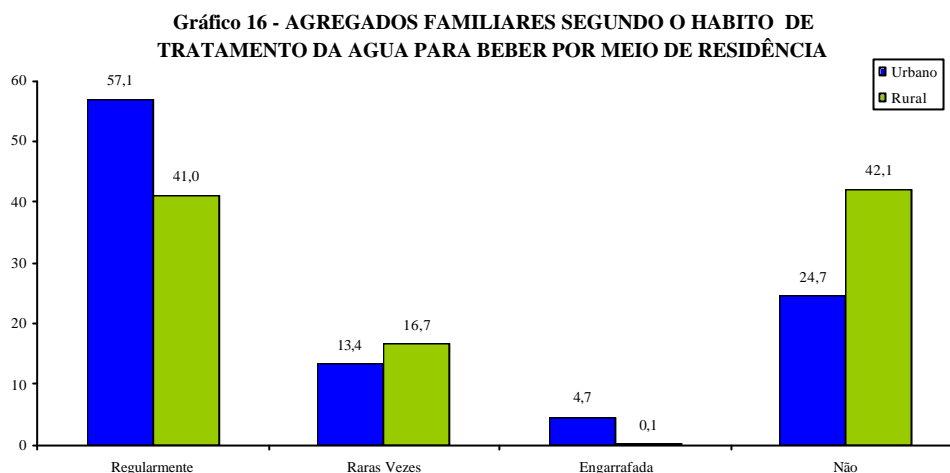
No que concerne ao controlo de qualidade e tratamento da água que é distribuída, quer pela ELECTRA quer pelos Municípios para uso doméstico, de acordo com o “Estudo Visão 2025” do INGRH, estes são feitos de forma irregular, utilizando a coloração, o que leva a concluir que grande parte da água consumida é de qualidade duvidosa.

De modo a contribuir para a protecção da sua saúde, principalmente das crianças, que constitui uma percentagem significativa da população cabo-verdiana, é de todo importante saber se a água consumida para beber é tratada ou não, principalmente quando a água é considerada não potável.

Gráfico 15 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O HABITO DE TRATAMENTO DA AGUA PARA BEBER



A aferir pelos dados do IDRF 2001/2002, já existe em Cabo Verde alguma preocupação em tratar a água para beber. Cerca de 50% dos agregados declararam tratar regularmente a água utilizada para beber, e 15% tratam-na raras vezes. Todavia, ainda existe uma percentagem significativa, 32%, que declararam não a tratar e cerca de 3% dos agregados consomem principalmente água engarrafada.



Enquanto que, 57% dos agregados urbanos declararam tratar a água para beber regularmente, somente 41% dos agregados rurais declararam fazer o mesmo. Em suma, as proporções mais elevadas de agregados que tratam a água regularmente verificam-se nas ilhas de S. Vicente (68%), nas Outras ilhas (66%) e na Praia Urbano (56%). Nos restantes pontos do país, S. Antão, Fogo e Resto de Santiago, as proporções de agregados que tratam regularmente a água para beber atinge um máximo de 43% em S. Antão e um mínimo de 31% no Fogo.

É no meio rural onde a percentagem de agregados que não tratam a água para beber é mais elevada, 42%, contra os 25% dos agregados do meio urbano.

O consumo da água engarrafada é praticamente um hábito urbano, pois 5% dos agregados urbanos declararam consumir principalmente água engarrafada e tem maior expressão na Praia Urbano, onde 6% dos agregados consomem água engarrafada e em S. Vicente e Outras Ilhas com 3% de agregados.

Quadro 14 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O HABITO DE TRATAMENTO DA ÁGUA PARA BEBER

	Total	Regularmente	Raras Vezes	Engarrafada	Não	S/R
Cabo Verde	100,0	50,1	14,8	2,7	32,2	0,1
Urbano	100,0	57,1	13,4	4,7	24,7	0,2
Rural	100,0	41,0	16,7	0,1	42,1	0,1
S. Antão	100,0	43,0	21,0	0,6	35,1	0,2
S. Vicente	100,0	67,5	11,4	3,4	17,3	0,4
Fogo	100,0	30,8	25,0	0,9	43,3	0,0
Praia Urbana	100,0	56,1	14,0	6,3	23,5	0,1
Resto de Santiago	100,0	37,1	12,5	0,7	49,7	0,0
Outras Ilhas	100,0	65,8	14,6	2,7	16,9	0,0

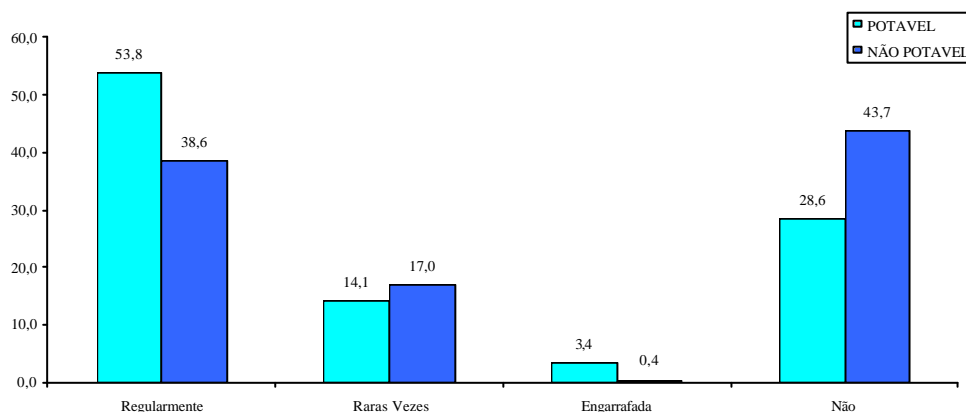
AGREGADOS QUE CONSOMEM ÁGUA NÃO POTÁVEL

Cabo Verde	100,0	38,6	17,0	0,4	43,7	0,2
Urbano	100,0	48,6	16,5	1,1	33,1	0,6
Rural	100,0	34,3	17,3	0,1	48,3	0,0
S. Antão	100,0	29,3	17,3	0,0	53,4	0,0
S. Vicente	100,0	51,9	14,2	1,5	31,2	1,2
Fogo	100,0	33,5	29,2	0,6	36,7	0,0
Praia Urbana	100,0	49,4	18,3	1,0	31,3	0,0
Resto de Santiago	100,0	31,5	13,3	0,0	55,2	0,0
Outras Ilhas	100,0	70,9	16,6	0,0	12,5	0,0

Da análise segundo a qualidade da água que o agregado consome no seu dia-a-dia, podemos aferir que, mesmo consumindo água não potável (com origem em fontes cuja qualidade considera-se duvidosa), somente cerca de 39% dos agregados preocupam em tratar a água para beber regularmente e 17% tratam-na raras vezes.

A situação é mais preocupante em S. Antão, Interior de Santiago, e Fogo, domínios de estudo, essencialmente rurais, onde cerca de 22%, 37% e 49% dos agregados, respectivamente, consomem principalmente água não potável.

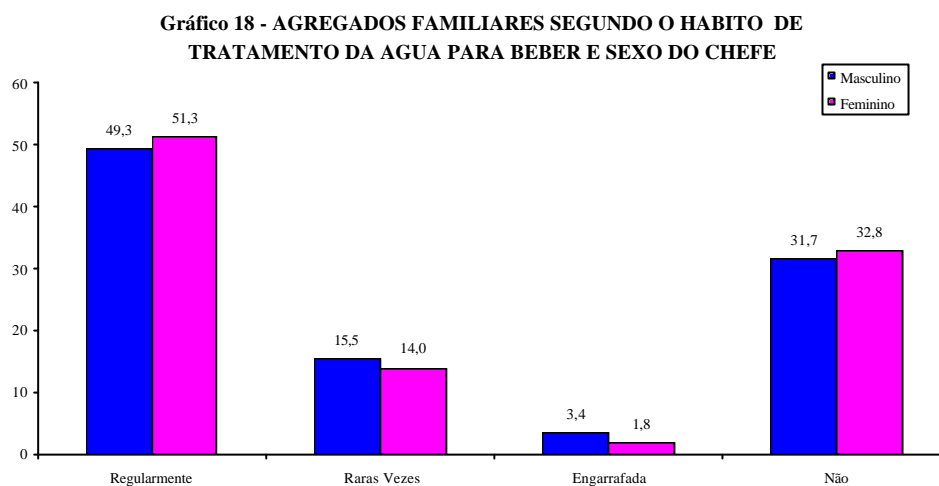
Gráfico 17 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O HABITO DE TRATAMENTO DA ÁGUA PARA BEBER POR QUALIDADE DA ÁGUA



Com base no gráfico abaixo, podemos aferir que o sexo do chefe não é determinante para o tratamento da água antes de beber, pelo simples facto das diferenças entre os sexos não ser muito significativa. No entanto, podemos observar que 51% dos agregados chefiados por mulheres tratam regularmente a água, enquanto que, somente 49% dos agregados chefiados por homens o fazem. Inversamente, e com uma diferença de somente 1 ponto

percentual, encontramos mais agregados chefiados por mulheres (33%) a não tratarem da água do que os chefiados por homens (32%).

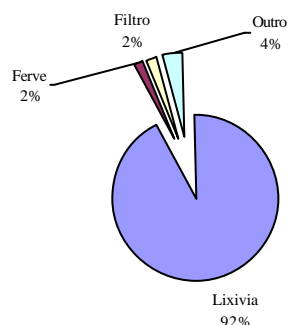
A maior diferença reside nos agregados que consomem maioritariamente água engarrafada, sendo 3% no caso dos agregados chefiados por homens e 2% no caso dos chefiados por mulheres.



A forma de tratamento da água para beber mais usual em Cabo Verde é aplicando gotas de lixívia na água, o que leva-nos a crer que a mensagem que têm vindo a passar, principalmente no verão e na época das chuvas, como forma de prevenir doenças, como a diarreia, nas crianças, tem surtido algum efeito.

Somente 2% dos agregados declararam ferver a água antes de usá-la para beber, assim como somente 2% declararam consumir água de filtro.

Gráfico 19 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O MODO DE TRATAMENTO DA AGUA PARA BEBER



Pode-se verificar que o nível de despesa, influencia no hábito de tratar a água antes de usá-la para beber. Com efeito, a proporção dos agregados que não tratam a água diminui consideravelmente com o aumento do nível de despesa anual percapita.

A proporção de agregados que regularmente tratam a água varia entre os 40%, entre os cujo nível de despesa anual percapita não ultrapassa os 34.656 ECV, e os 52% nos agregados com despesas anuais percapita superiores a 170.394 ECV. A proporção dos agregados que raras vezes tratam a água, varia entre os 18% no primeiro quintil de despesa anual percapita e os 12% no quinto quintil.

O consumo de água engarrafada, pelos custos que acarreta, é mais visível junto os agregados cujo nível de despesa anual percapita ultrapassa os 170.394 ECV (12%).

A lixívia como vimos é o método mais utilizado para tratar a água antes de beber, independentemente do nível económico do agregado. Relativamente aos outros métodos podemos aferir que são mais custosos, em termos económicos, tendo em consideração que são basicamente utilizados entre os agregados com níveis de despesa **anual** percapita mais elevados. É o caso da utilização do filtro, onde a sua expressão faz-se sentir nos agregados com níveis de despesa superior a 90.995 ECV (2% no quarto quintil e 8% no quinto quintil).

Quadro 15 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O QUINTIL DE DESPESA POR HABITO DE TRATAR A ÁGUA DE BEBER E FORMA DE TRATAMENTO					
TRATAMENTO ÁGUA PARA BEBER	QUINTIL DAS DESPESAS				
	Menor ou igual a 34.656 ECV	[34.656 a 57.026] ECV	[57.026 a 90.995] ECV	[90.995 a 170.394] ECV	Mais de 170.394 ECV
Regularmente	40,2	46,9	55,2	56,8	51,6
Raras Vezes	17,5	15,9	15,2	14,2	11,5
Engarrafada	0,0	0,0	0,4	1,3	11,8
Não	42,3	37,2	29,0	27,7	24,8
S/R	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Lixívia	93,2	95,0	93,7	94,2	84,8
Ferve	0,2	0,8	0,8	1,6	4,8
Filtro	0,0	0,2	0,9	2,2	8,1
Outro	6,6	4,0	4,6	2,0	2,3

3.2 - Posse de casa de banho, retretes e latrinas

A existência de casa de banho com retretes nas casas, e o modo de evacuação das águas residuais são duas variáveis que podem determinar as condições de higiene de um agregado familiar, assim como o nível de saneamento em que vivem.

Igualmente contribuem grandemente para o conforto da família, para a qualidade do ambiente, em especial do ar que se respira, assim como, para a redução da exposição da população ao risco das doenças infecto-contagiosas.

3.2.1 – Repartição espacial e por meio de residência dos agregados segundo a posse de casa de banho, retrete e ou latrina

A análise da posse de casa de banho permite-nos informar sobre a posse de instalações e dispositivos adequados para a eliminação de excrementos e para a higiene pessoal.

Quadro 16 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE CASA DE BANHO, RETRETE E LATRINA					
	TOTAL	Casa de Banho com Retrete	Casa de Banho sem Retrete	Retrete/Latrina	Sem casa de banho sem retrete e sem Latrina
CABO VERDE	100,0	44,8	7,6	2,4	45,3
Urbano	100,0	62,0	6,5	1,5	30,0
Rural	100,0	21,9	9,1	3,5	65,5
S. Antão	100,0	28,3	5,7	2,7	63,3
S. Vicente	100,0	61,5	10,1	1,1	27,2
Fogo	100,0	42,9	12,4	10,3	34,4
Praia Urbana	100,0	59,9	3,3	2,0	34,7
Resto de Santiago	100,0	24,6	8,1	0,8	66,5
Outras Ilhas	100,0	57,7	9,7	2,9	29,6

Com base no quadro acima, podemos constatar que 45 em cada 100 agregados familiares possuem casa de banho com retrete no seu alojamento.

Apesar de não constituírem formas convencionais de evacuação dos excrementos e de não serem os mais adequados para a higiene pessoal, ainda uma pequena proporção dos agregados ou possuem casa de banho sem retrete (8%) ou possuem somente retrete/latrina (2%).

Em suma, podemos concluir que ainda quase metade dos agregados familiares (45%) defecam em sanitários públicos ou então ao ar livre, pois não possuem nem casa de banho nem retrete nem latrina.

Analisando por meio de residência, podemos constatar que ter casa de banho com retrete é mais visível nos meios urbanos. Enquanto que, 62% dos agregados nos centros urbanos habitam em alojamentos com casa de banho com retrete, somente 23% dos agregados no meio rural habitam em alojamentos com esta comodidade.

Em contrapartida, observa-se que enquanto 66% dos agregados no meio rural não possuem nem casa de banho, nem retrete e nem latrina, no meio urbano a percentagem é de 30%.

Utilização de latrina ou de retretes isoladas é mais frequente no meio rural (4%) do que no meio urbano (2%), assim como possuir casa de banho sem retrete (9% no meio rural e 7% no meio urbano).

A análise da posse de casa de banho com retrete a nível das ilhas (grupo de ilhas) confirma o facto de ser mais frequente a sua existência nos agregados que residem no meio urbano. Assim, é em S. Vicente onde a incidência de posse de casa de banho é maior, com cerca de 62% dos agregados. Segue-se a Praia Urbano com 60% e as Outras Ilhas com 58%.

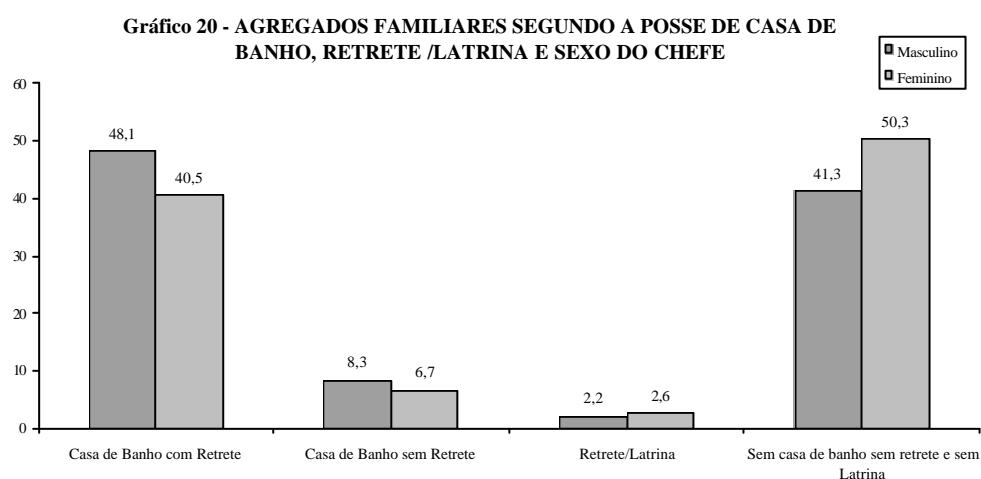
É no Interior de Santiago (Resto de Santiago) e em S. Antão onde a incidência de alojamentos sem condições sanitárias é maior, com cerca de 67% e 65%, respectivamente, dos agregados a não possuírem nem casa de banho, nem retrete nem latrina.

Na ilha do Fogo, realça o facto de, cerca de 10% dos agregados possuírem somente retrete/latrina nos seus alojamentos.

3.2.2 Posse ou não de casa de banho e retrete segundo sexo do chefes do agregado

Constata-se a partir destes resultados que, dos 41.729 agregados chefiados por mulheres, metade (50%) não possui nem casa de banho nem retrete nem latrina nos seus alojamentos, 40% já possuem casa de banho com retrete 7% possuem casa de banho sem retrete e 3% possuem apenas retrete ou latrina.

Já nos agregados chefiados por homens acontece o inverso, ou seja, em 100 agregados 48 têm casa de banho com retrete, e 41 não têm nem casa de banho, nem retrete nem latrina.

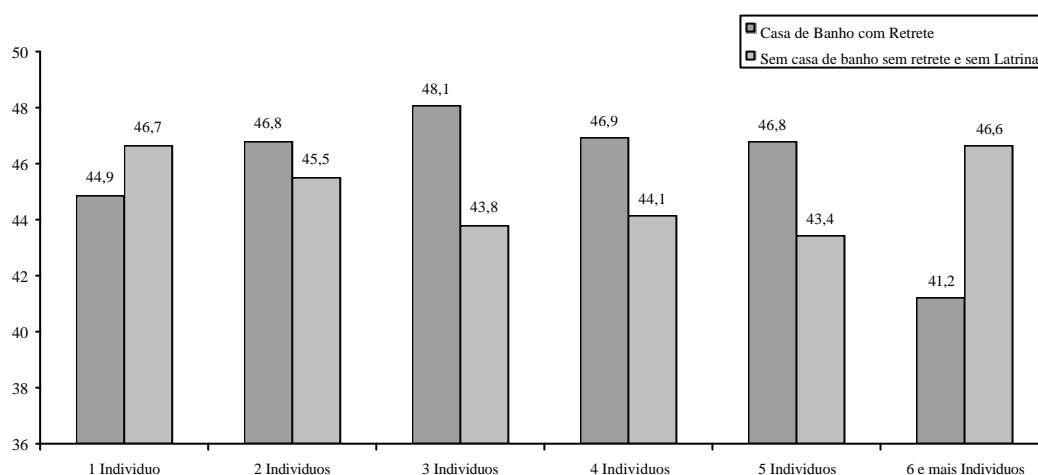


3.2.3 Posse ou não de casa de banho e retrete segundo a dimensão do agregado

A não existência de casa de banho com retrete, principalmente em agregados de grandes dimensões, contribui de forma negativa na saúde dos indivíduos, em particular das crianças, para além de ser um dos factores que afecta muito o meio ambiente.

Observa-se, a partir do gráfico abaixo, os agregados unipessoais e os com mais de 6 indivíduos é que apresentam a maior proporção de agregados sem casa de banho com retrete. Com efeito, para cada 100 agregado unipessoal, ou para cada 100 agregados com 6 e mais indivíduos, 47 não têm casa de banho nem retrete nem latrina para satisfazer as suas necessidades básicas e de higiene.

Gráfico 21 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE CASA DE BANHO, RETRETE /LATRINA E TAMANHO DO AGREGADO



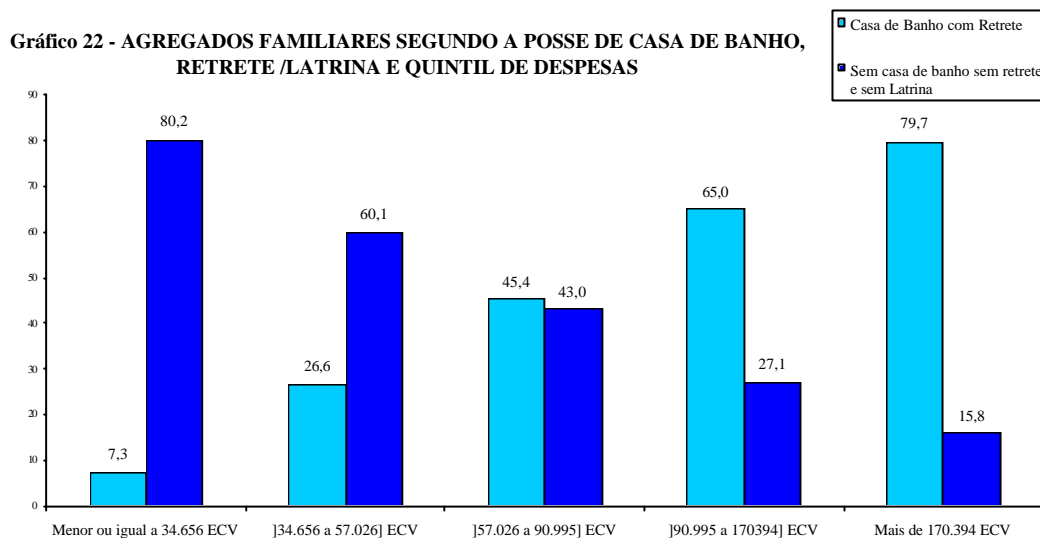
3.2.4 – Posse ou não de casa de banho e retrete segundo o quintil de despesa anual percapita

Com base no gráfico seguinte, podemos aferir que a posse de casa de banho com retrete varia em função do nível de despesas dos agregados, ou seja, à medida que o nível de despesa vai aumentando a proporção dos agregados com casa de banho e retrete também aumenta.

Observa-se que, somente 7% dos agregados com um nível de despesa igual ou inferior a 34.656\$00 ECV possuem casa de banho com retrete. A proporção de agregados com casa de banho aumenta cerca de 19 pontos percentuais entre os primeiros quatro quintis, atingindo um máximo de 80% de agregados com casa de banho e retrete no quinto quintil (agregados cuja despesa percapita anual é superior a 170.394\$00 ECV).

Por outro lado, os agregados sem casa de banho, sem retrete e sem latrina comportam-se de modo inverso; a proporção diminui com o aumento do nível de despesa. Com efeito, 80% dos agregados com nível de despesa anual percapita inferior a 34.656 ECV não possuem casa de banho nem retrete/latrina.

O inverso verifica-se nos últimos quintis. Cerca de 65% e 80% agregados com níveis de despesa anula percapita entre os 90.995 e 170.394, e maior que 170.394 ECV, respectivamente possuem casa de banho e retrete.



3.3 – Modo de evacuação das águas residuais

O nível de saneamento no nosso país está longe de ser o ideal.

Em Cabo Verde, a grande maioria dos agregados familiares não dá um tratamento adequado às águas residuais, atirando a água de lavar roupa, lavar louça, banho, etc, ao redor da casa (54%) ou ao ar livre (21%), contribuindo para a poluição do ambiente.

3.3.1 – Repartição espacial e por meio de residência segundo o modo de evacuação das águas residuais

Em certos lugares no meio rural, atirar água suja em redor da casa ou ao ar livre (natureza) pode não constituir um problema grave. Mas, o mesmo comportamento, é considerado censurável quando se trata de aglomerados concentrados, como são os centros urbanos, em especial nas cidades do País.

Constata-se que, 95% dos agregados do meio rural evacuem as águas residuais ao redor da casa (67%) ou na natureza (28%), e 58% dos agregados do meio urbano evacuem as águas sujas da mesma forma, sendo, 43% ao redor da casa e 15% na natureza.

Para a saúde pública o melhor seria evacuar as águas residuais a partir das fossas sépticas ou das redes de esgotos. Mas a verdade é que, somente 16% dos agregados caboverdianos evacuem através da fossa séptica e 10% através da rede de esgotos.

Relativamente à rede de esgotos, até então, existe somente na cidade da Praia e em S. Vicente, ilha onde a cobertura quase que já atinge metade da população da ilha (49%). Na Praia urbana somente 9% dos agregados evacuam através da rede de esgoto.

Evacuar através da fossa séptica é encontrada particularmente nas zonas urbanas, com 24% dos agregados a evacuarem as águas residuais deste modo. Destaque para o conjunto das outras ilhas, com 29%, Praia urbano, com 21%. Segue-se S. Antão com 17%, S. Vicente com 11% e Fogo com somente 7%.

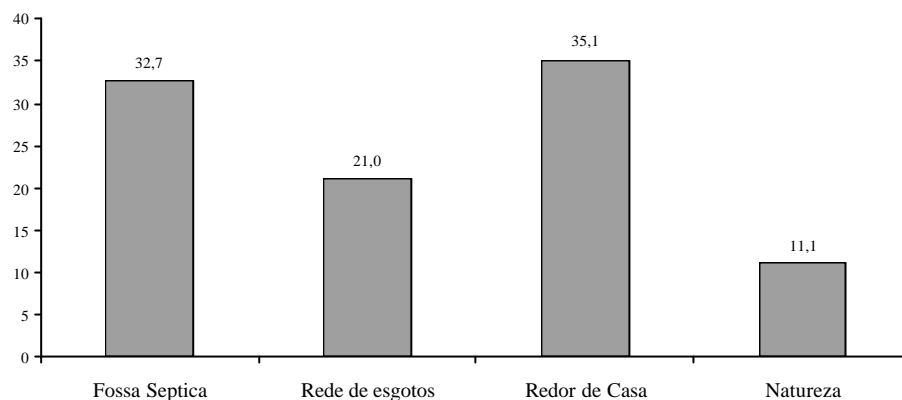
Uma importante constatação que merece destaque é o facto de 71 em cada 100 agregados na Praia urbana atirarem as águas sujas ao redor da casa ou na natureza, num concelho onde a densidade populacional aproxima de 437 habitantes por km².

Quadro 17 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O MODO DE EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS					
	TOTAL	Fossa Séptica	Rede de esgotos	Redor de Casa	Natureza
CABO VERDE	100,0	15,5	10,0	53,5	20,9
Urbano	100,0	23,7	17,5	43,4	15,3
Rural	100,0	4,7	0,0	66,9	28,4
S. Antão	100,0	15,6	0,0	41,0	43,4
S. Vicente	100,0	11,1	48,5	30,7	9,7
Fogo	100,0	7,1	0,0	53,7	39,2
Praia Urbana	100,0	20,6	8,5	58,1	12,7
Resto de Santiago	100,0	10,8	0,0	75,2	14,0
Outras Ilhas	100,0	29,0	0,0	33,9	37,1

3.3.2 – Agregados que possuem casa de banho com retrete segundo o modo de evacuação das águas residuais

A existência de casa de banho com retrete ou retrete/latrina pressupõe que o alojamento esteja ligado ou à rede de esgoto ou à uma fossa séptica. No entanto, a partir do gráfico abaixo, podemos aferir que o facto de possuir casa de banho com retrete, não pressupõe que os agregados tenham uma cultura de protecção do ambiente e da saúde pública, pois 35% dos agregados com casa de banho com retrete preferem atirar para a rua, ao redor da própria residência, tudo o que é água suja.

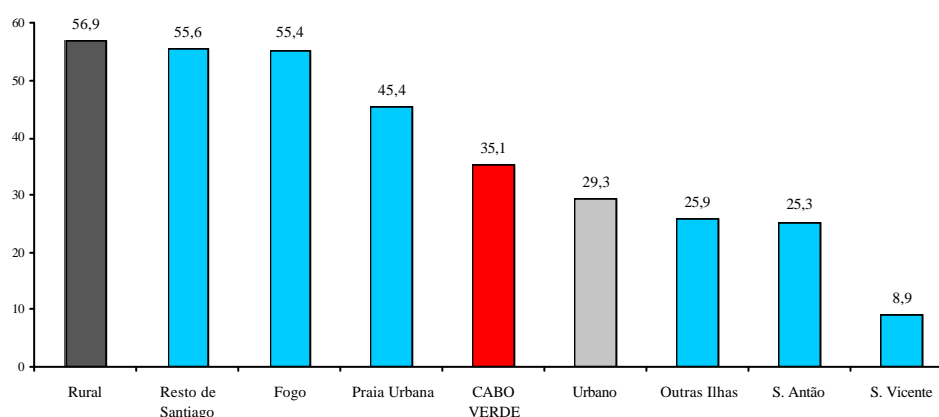
Gráfico 23 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE SEGUNDO O MODO PRINCIPAL DE EVACUAÇÃO DAS AGUAS RESIDUAIS



Esta situação tem maior incidência nas zonas rurais, com destaque para o interior de Santiago e Fogo, onde 56% dos agregados com casa de banho e retrete aí residentes atiram a água suja ao redor da casa.

No entanto, constata-se que apesar de apresentar uma incidência de somente 29%, é nas zonas urbanas onde encontramos o maior número de casos (9.879 agregados contra 5.111 nas zonas rurais), com maior destaque para a Praia Urbana, onde existem cerca de 6.085 agregados com casa de banho com retrete a evacuarem ao redor da própria residência.

Gráfico 24 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA SEGUNDO O MEIO DE RESIDÊNCIA E DOMÍNIO DE ESTUDO



Quadro 18 – REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS COM CASA DE BANHO E RETRETE SEGUNDO O PRINCIPAL MODO DE EVACUAÇÃO DAS ÁGUAS RESIDUAIS					
	Principal modo de evacuação das águas residuais				Total
	Fossa Séptica	Rede de esgotos	Redor de Casa	Natureza	
CABO VERDE	32,7	21,0	35,1	11,1	100,0
Urbano	36,5	26,6	29,3	7,6	100,0
Rural	18,6	0,2	56,9	24,2	100,0
S. Antão	0,0	53,2	25,3	21,5	100,0
S. Vicente	16,4	74,1	8,9	0,6	100,0
Fogo	0,0	16,1	55,4	28,6	100,0
Praia Urbana	33,2	13,4	45,4	8,0	100,0
Resto de Santiago	0,0	38,2	55,6	6,3	100,0
Outras Ilhas	0,0	49,2	25,9	25,0	100,0

3.3.3 – Características sócio-económicas dos chefes dos agregados com casa de banho e retrete que evacuam ao redor da casa.

Como referimos anteriormente, o modo adequado de evacuação das águas residuais como o uso de casa de banho com retrete depende da ligação às redes de esgoto ou a fossas sépticas.

Mas, tendo em consideração a proporção, ainda expressiva, de agregados com casa de banho com retrete a atirar as águas residuais ao redor da casa, contribuindo para a poluição do ambiente, e para a degradação da saúde pública, principalmente em zonas *densamente populosas*, propomos neste sub-capítulo, analisar as características dos chefes desses mesmos agregados de modo a entender o porquê de tal comportamento.

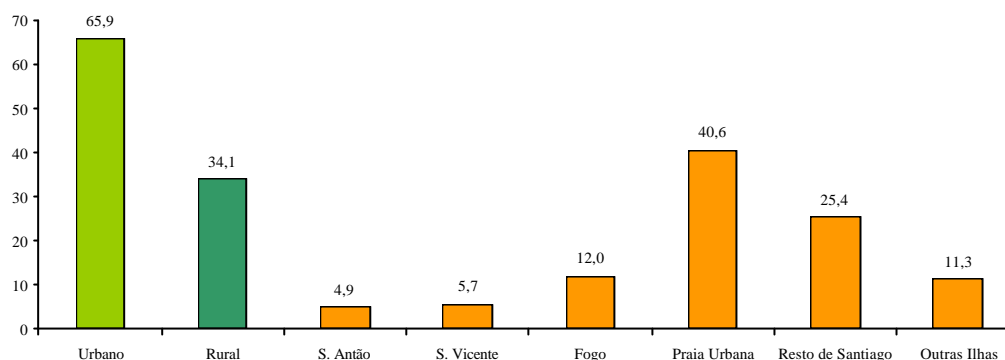
Dos 95.257 agregados familiares somente 42.670 possuem casa de banho com retrete (45%), destes 14.990 (16% do total dos agregados, ou 35% dos agregados com casa de banho e retrete) atiram as águas sujas ao redor da casa.

Assim, com base no gráfico abaixo, podemos observar que tal comportamento é adoptado na sua grande maioria por agregados que residem nos meios urbanos, isto é, em cada 100 agregados com casa de banho e retrete e que evacuam ao redor de casa, 66 reside no meio urbano e 34 no meio rural.

Verifica-se que, os agregados com este comportamento residem em Santiago, sendo 41% na Praia Urbana e 25% no interior.

O caso da Praia Urbana pode ser considerada preocupante se se levar em consideração que o Concelho da Praia é o mais denso do país com cerca de 437 habitantes por km².

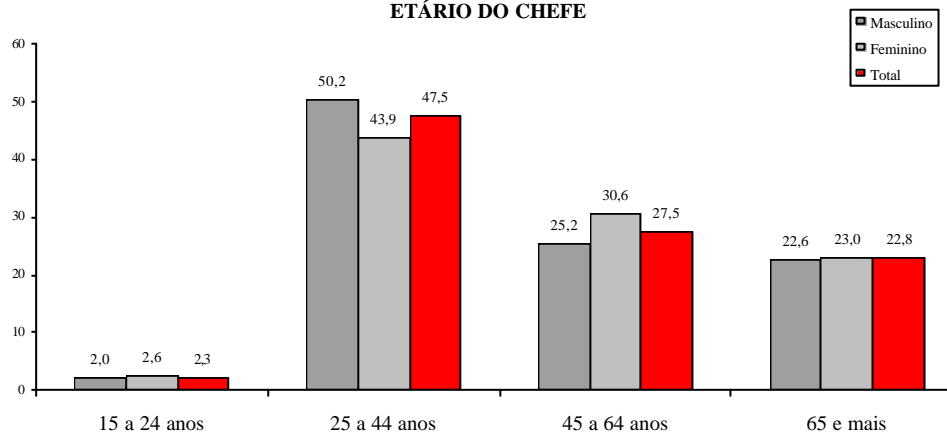
Gráfico 25 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA



Constata-se que, a maioria dos agregados com casa de banho com retrete e que evacuam as águas residuais na rua são chefiados por homens (57%), enquanto 43% dos agregados são chefiados por mulheres.

De acordo com o gráfico abaixo, é difícil estabelecer uma relação directa entre a idade e o facto de atirar água suja ao redor de casa, mesmo tendo casa de banho com retrete. Contudo, observa-se que, somente 2% dos chefes de agregados tem menos que 25 anos. Na sua grande maioria os chefes têm entre 25-44 anos (48%).

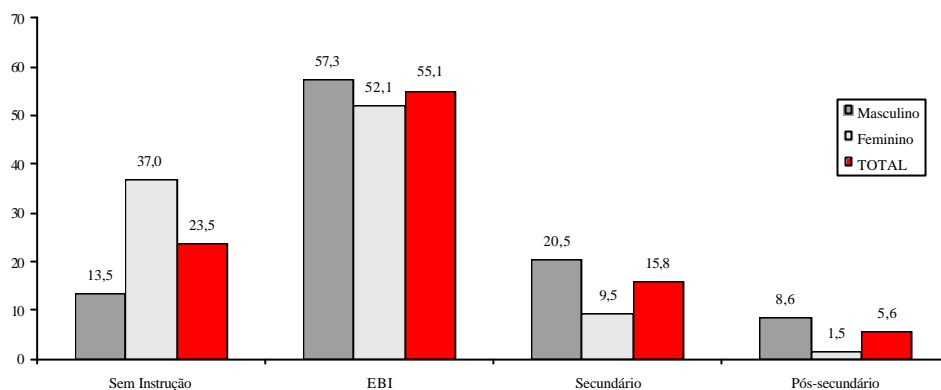
Gráfico 26 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA SEGUNDO O SEXO E GRUPO ETÁRIO DO CHEFE



O nível de instrução dos chefes destes agregados é na sua maioria o EBI (57%), apresentando uma diferença de 5 pontos percentuais entre os sexos, ou seja, enquanto 57% dos chefes homens tem o EBI, 52% das chefes mulheres tem o mesmo nível.

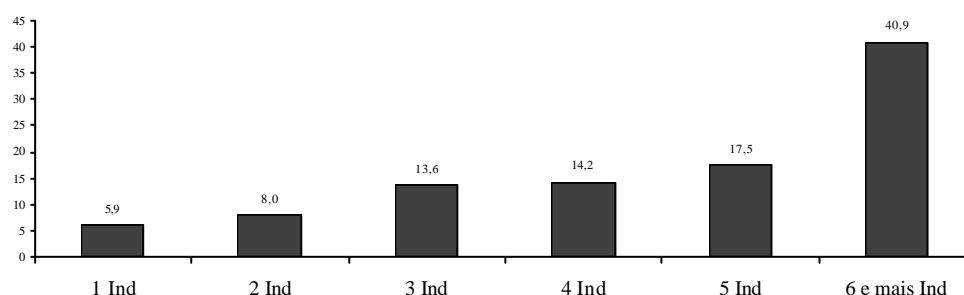
Merece algum destaque o facto de ainda encontramos 15% e 6% de agregados com casa de banho, com retrete e que evacuam a água suja ao redor da própria casa, cujo chefes possuem o nível secundário e pós-secundário, respectivamente.

Gráfico 27 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA SEGUNDO O SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO DO CHEFE



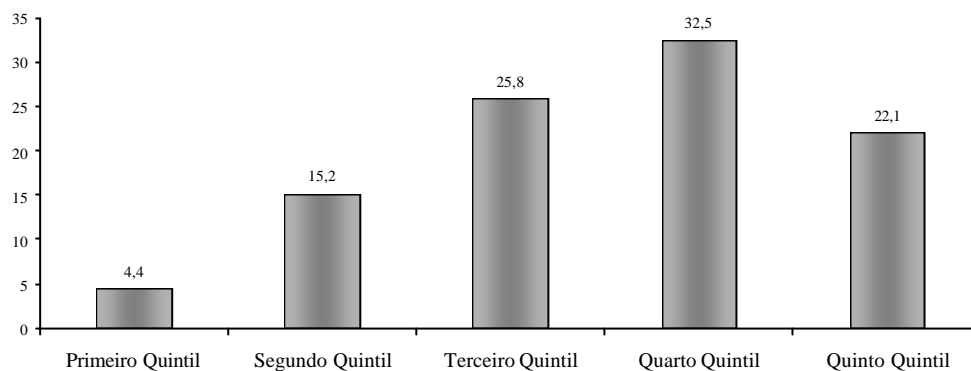
Relativamente à dimensão dos agregados constatamos que mais de metade dos agregados que evacuam as águas residuais ao redor da casa mesmo possuindo casa de banho com retrete, são compostos por 5 ou mais indivíduos (58%).

Gráfico 28 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA SEGUNDO O TAMANHO DO AGREGADO



O nível económico também parece não ser um factor que pode influenciar uma mudança de comportamento, atendendo às consequências para o meio ambiente e à saúde pública. Pois, mais de metade (55%) destes agregados que evacuam ao redor de casa, mesmo possuindo casa de banho com retrete, os chefes tem um nível de despesa, anual percapita, superior a 90.995\$00.

**Gráfico 29 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM CASA DE BANHO COM
RETRETE QUE EVACUAM AO REDOR DA CASA SEGUNDO OS QUINTIS DE
DESPESA ANUAL PERCAPITA**



CAPÍTULO IV - EXISTÊNCIA DE COZINHA, DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA E PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS

Para se ter uma vida saudável e activa é essencial ter uma alimentação apropriada.

É neste contexto que este capítulo se insere com o objectivo de analisar a posse de um espaço apropriado, fontes de energia utilizada para preparação dos alimentos, meios de conservação dos mesmos, assim a posse de outros equipamentos de certo modo podem ajudar na preparação.

4.1 Existência de cozinha no alojamento

De acordo com a metodologia do inquérito, a cozinha não é considerada como uma divisão da casa, mesmo porque, hoje em dia, muitas são as casas, principalmente apartamentos onde o espaço que se pode considerar cozinha está incluído dentro da sala.

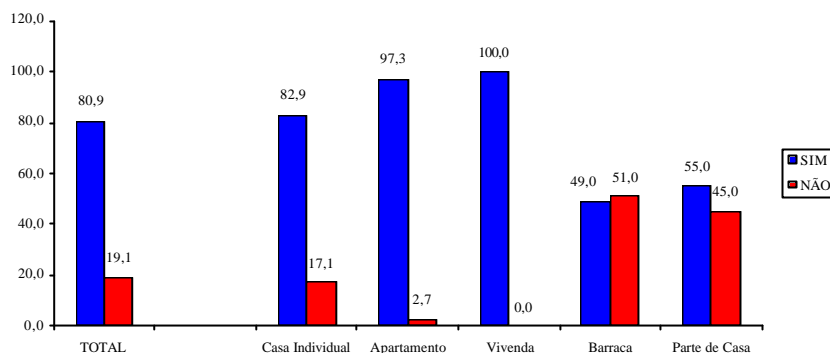
Como cozinha, foi considerado qualquer espaço destinado principalmente à preparação das refeições, independentemente se se situa dentro ou fora do bloco principal. Assim, inclui-se os espaços construídos dentro do quintal, ou mesmo fora do alojamento, desde que o seu fim principal seja o de preparar as refeições.

A grande maioria dos agregados residentes em Cabo Verde, 81%, declararam possuir cozinha nos seus alojamentos.

No entanto, verifica-se que a posse de cozinha difere muito de acordo com o tipo de habitação em que se vive. As vivendas na sua totalidade possuem cozinhas. O facto de somente 97% dos apartamentos possuírem cozinha pode ser justificada pelo facto de alguns, em vez de um espaço fechado reservado exclusivamente para serem cozinhas, possuírem as consideradas salas “kitchenette”.

Nem metade dos agregados (49%) que residem em barracas não declararam possuir uma cozinha, e pouco mais de metade, cerca de 55%, dos que vivem em partes de casa têm acesso a cozinha, justificado pelo facto de serem, geralmente, quartos alugados por terceiros.

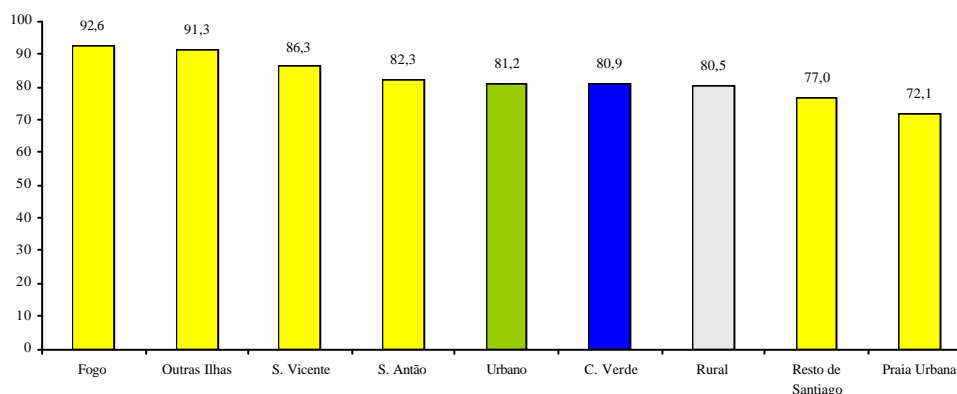
Gráfico 30 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A EXISTENCIA DE COZINHA SEGUNDO A TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO



A posse de cozinha não diferencia por meio de residência. Com efeito, a proporção de agregados com cozinha é idêntica tanto no meio urbano como no meio rural (81%). No entanto, por ilhas já se verifica algumas diferenças.

A percentagem de agregados que possuem cozinha nas suas habitações varia desde os 93% no Fogo, atingindo menor expressão em Santiago, onde a percentagem de agregados com cozinha é de 77% no interior e 72% na Praia Urbana.

Gráfico 31 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A EXISTENCIA DE COZINHA NO ALOJAMENTO



4.2 - Principal fonte de energia utilizada para cozer os alimentos

Da análise da principal fonte de energia utilizada para a preparação dos alimentos podemos aferir sobre até que ponto a cobertura florestal está ameaçada, assim como dá uma ideia do grau de higiene em que se prepara os alimentos, principalmente quando se cruza esta variável com a existência ou não de cozinha no agregado.

Com base no quadro, podemos observar que a utilização do gás na preparação dos alimentos já é uma conquista, com cerca de 63 em cada 100 agregados a utilizá-lo. No entanto, a percentagem de agregados a utilizar, ainda, a

lenha para cozinhar, 33%, leva-nos a questionar sobre o problema do impacto ambiental, principalmente a degradação da cobertura florestal.

As outras fontes (carvão, petróleo e electricidade) não têm expressão, como se pode depreender do quadro em análise.

No entanto, é de realçar que 3% dos agregados declararam não preparar as refeições nos respectivos alojamentos. De modo global um pouco mais do que 3/7 dos agregados que declararam não preparar as refeições em casa (76%), são agregados unipessoais.

Nota-se que, a preferência de utilização de uma ou outra fonte de energia para preparação dos alimentos varia muito com o meio de residência.

No meio urbano a maior parte dos agregados, 87%, utilizam principalmente o gás, como fonte de energia para preparar os alimentos.

Já no meio rural, onde se concentra o grosso da cobertura florestal do País, apenas 31% dos agregados utilizam o gás como fonte de energia para preparação dos alimentos, enquanto que cerca de 2/3 dos agregados (66%) utilizam a lenha. Este facto é preocupante tendo em conta a cobertura florestal continua a ser ameaçada.

Quadro 19 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA UTILIZADA PARA COZER ALIMENTOS							
	Total	Carvão	Lenha	Petróleo	Gás	Electricidade	Não Prepara
CABO VERDE	100,0	0,4	32,9	0,5	62,9	0,3	3,0
Urbano	100,0	0,4	8,2	0,3	86,9	0,5	3,7
Rural	100,0	0,4	65,5	0,7	31,2	0,0	2,1
S. Antão	100,0	0,5	49,6	0,7	45,3	0,3	3,7
S. Vicente	100,0	0,6	3,4	0,5	91,7	0,2	3,5
Fogo	100,0	0,3	53,8	1,6	42,0	0,0	2,4
Praia Urbana	100,0	0,4	9,3	0,2	86,3	0,8	3,0
Resto de Santiago	100,0	0,2	62,4	0,4	35,3	0,1	1,5
Outras Ilhas	100,0	0,7	18,5	0,2	74,7	0,1	5,8

É em S. Vicente onde o gás é de utilização massiva, com cerca de 93% dos agregados a utilizarem-no. Segue-se Praia Urbana e Outras Ilhas, com cerca de 86% e 75%, respectivamente, dos agregados a utilizarem o gás como principal fonte de energia para preparar os alimentos. Nas restantes ilhas, e no interior de Santiago não chega a metade dos agregados. Com efeito, é nesses domínios de estudo onde a utilização da lenha tem maior expressão. De destacar o interior de Santiago, Fogo e S. Antão, onde 62%, 54% e 50% dos agregados, respectivamente, utilizam o gás como principal fonte de energia para preparar as refeições.

4.2.1 A principal fonte de energia utilizada para cozer os alimentos segundo a posse de fogão a gás ou eléctrico

De acordo com o quadro abaixo, podemos constatar que o facto de possuir um fogão não significa que o agregado utilize o gás como principal fonte de energia para cozinhar.

Somente 78% dos agregados que possuem um fogão cozinham os alimentos utilizando o gás ou a electricidade. É de salientar a proporção de 19% dos agregados que mesmo possuindo fogão, seja ele a gás ou eléctrico, preferem cozinhar utilizando a lenha. Somente 1% dos agregados com fogão declararam não preparar as refeições em casa.

Quadro 20 – AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM FOGÃO SEGUNDO ENERGIA UTILIZADA PARA PREPARAR ALIMENTOS							
POSSE DE FOGÃO A GÁS OU ELÉCTRICO	PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA UTILIZADA PARA PREPARAR OS ALIMENTOS						TOTAL
	Carvão	Lenha	Petróleo	Gás	Electricidade	Não Prepara	
Tem Fogão	0,5	19,4	0,4	78,2	0,4	1,1	100,0
TEM Fogão	77,9	37,5	50,6	78,9	91,4	23,4	63,5
Não tem Fogão	22,1	62,5	49,4	21,1	8,6	76,6	36,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Uma outra conclusão que podemos aferir deste quadro é sobre a utilização do camping gás, a partir da proporção dos agregados (21%) que declararam utilizar o gás como principal fonte de energia para cozinhar os alimentos e não possuem um fogão.

4.3 - Posse de equipamentos de cozinha

De acordo com a metodologia do inquérito foi questionado sobre a posse de alguns bens de equipamento, a destacar o fogão à gás ou eléctrico, microondas, frigorífico, arca congeladora, equipamentos directamente relacionados com a conservação e a preparação dos alimentos, e a posse de máquina de lavar roupa.

Com base nos dados podemos aferir que a maior parte dos agregados (64%) possuem fogão à gás ou eléctrico.

Cerca de 41% dos agregados possuem frigorífico, o que nos leva a aferir que a importância da conservação dos alimentos tem levado a que muitos caboverdianos invistam neste tipo de bem.

O microondas, a arca congeladora e principalmente a máquina de lavar roupa, ainda são bens que se pode considerar como de luxo, pois somente 10% dos agregados possuem arca congeladora; 9 % dos agregados possuem microondas; e 7% possuem máquina de lavar roupa. Dos agregados que possuem estes equipamentos

podemos constatar que a maioria tem um nível de despesa igual ou superior ao 4º quintil, ou seja, um nível de despesa percapita anual superior a 90.995 ECV.

Quadro 21 - AGREGADOS QUE POSSUEM EQUIPAMENTOS DE COZINHA SEGUNDO O QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS						
Equipamentos de Cozinha	TOTAL	QUINTIL DAS DESPESAS PERCAPITA ANUAIS				
		Menor ou igual a 34.656 ECV	[34.656 a 57.026] ECV	[57.026 a 90.995] ECV	[90.995 a 170394] ECV	Mais de 170.394 ECV
FOGÃO	100,0	11,1	17,1	21,9	24,5	25,4
MICROONDAS	100,0	0,5	2,4	8,6	22,2	66,3
FRIGORIFICO	100,0	3,6	11,9	19,9	28,7	35,9
ARCA CONGELADORA	100,0	1,7	6,9	15,4	27,1	48,9
MÁQUINA LAVAR ROUPA	100,0	0,6	2,8	5,2	17,1	74,2
FOGÃO	63,5	35,2	54,2	69,4	77,9	80,8
MICROONDAS	8,5	0,2	1,0	3,6	9,5	28,2
FRIGORIFICO	40,9	7,4	24,3	40,6	58,8	73,5
ARCA CONGELADORA	9,9	0,9	3,4	7,6	13,4	24,1
MÁQUINA LAVAR ROUPA	7,2	0,2	1,0	1,9	6,2	26,6

CAPÍTULO V – FONTE DE ENERGIA PARA A ILUMINAÇÃO

5.1 Repartição espacial dos agregados segundo a principal fonte de energia para iluminação

Cabo Verde, em matéria de electrificação tem vindo a crescer, e já apresenta uma cobertura expressiva, apesar de ainda longe do ideal. Apenas um pouco mais de metade dos agregados (59%) utilizam a electricidade como principal fonte de energia para iluminação. Consequentemente, o petróleo continua sendo uma importante fonte para iluminação, com 27% dos agregados a utilizarem-no.

Gráfico 32 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO

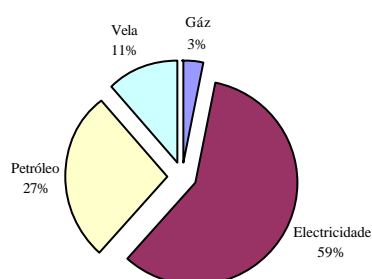
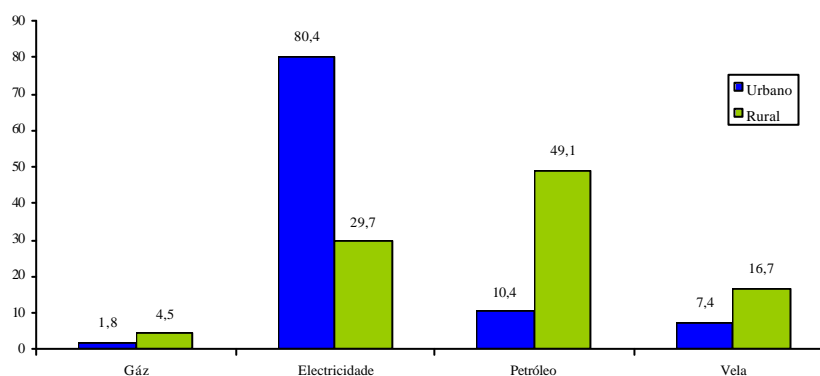


Gráfico 33 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO E MEIO DE RESIDÊNCIA



No entanto, podemos constatar que o acesso à electricidade ainda está reservado aos residentes das zonas urbanas, pois neste meio de residência a cobertura é cerca de 80%, contra apenas 30% no meio rural.

No meio rural a principal fonte de energia utilizada para a iluminação é o petróleo, com cerca de 49% dos agregados a utiliza-lo. Segue a utilização da vela para iluminação em cerca de 17% dos agregados. Este facto pode explicar as baixas percentagens de agregados com equipamentos que requerem electricidade para o seu funcionamento, tais como: o frigorífico, televisão, entre outros.

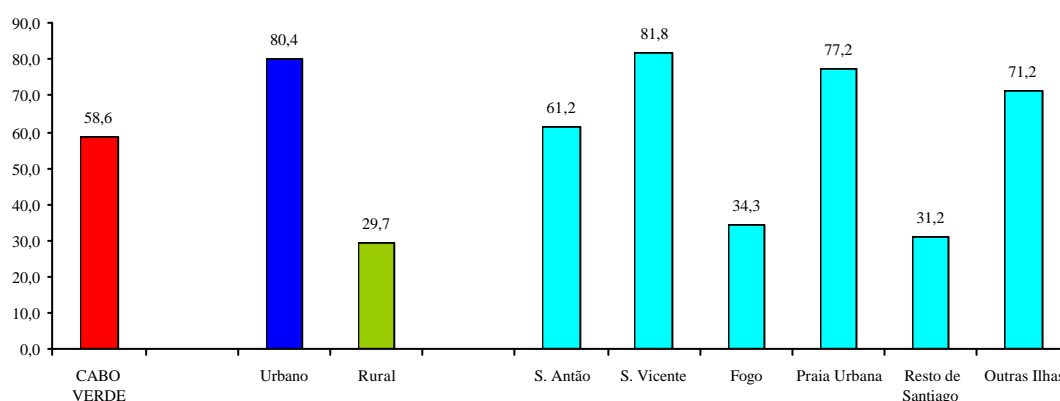
É verdade que o Governo tem vindo a postar na electrificação de varias zonas, com especial destaque para zonas rurais. No entanto, ainda persistem grandes disparidades entre as varias ilhas, no que diz respeito ao acesso à electricidade.

É em S. Vicente e na Praia Urbano onde se verifica as maiores taxas de cobertura de electricidade, com cerca de 81% e 77%, respectivamente, dos agregados a terem acesso à electricidade. Segue-se o conjunto das outras ilhas (Sal, S. Nicolau, Boavista, Maio e Brava) com cerca de 71% dos agregados a iluminarem-se recorrendo à luz eléctrica.

S. Antão, mesmo sendo considerada uma ilha rural já tem uma taxa de cobertura de 61%, fruto do trabalho de electrificação que os Governos tem vindo a fazer nesta ilha ao longo dos anos.

Fogo e o Resto de Santiago, são os mais afectadas neste domínio de electrificação, não chegando a 35% os agregados que utilizam a electricidade como principal fonte de energia. Consequentemente, as outras fontes têm um maior peso nessas zonas. É o caso do petróleo que é utilizado por cerca de 53% e 42% dos agregados, respectivamente. A utilização da vela é mais evidente no resto de Santiago (24%) e a utilização do gás tem maior expressão na ilha do Fogo, onde cerca de 10% dos agregados utilizam-no para iluminação.

Gráfico 34 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE UTILIZAM A ELECTRICIDADE COMO PRINCIPAL MEIO PARA ILUMINAÇÃO



Quadro 21 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO					
	Total	Gás	Electricidade	Petróleo	Vela
CABO VERDE	100,0	2,9	58,6	27,1	11,4
Urbano	100,0	1,8	80,4	10,4	7,4
Rural	100,0	4,5	29,7	49,1	16,7
S. Antão	100,0	1,0	61,2	36,5	1,4
S. Vicente	100,0	1,5	81,8	12,8	3,9
Fogo	100,0	10,4	34,3	53,2	2,2
Praia Urbana	100,0	2,0	77,2	7,6	13,2
Resto de Santiago	100,0	3,4	31,2	41,5	23,9
Outras Ilhas	100,0	2,5	71,2	23,6	2,6

Não que consideremos que o sexo influencia a utilização de uma ou outra fonte de energia, pois em muitas zonas do país até então não existe electrificação. No entanto, podemos constatar que entre os agregados chefiados por homens existem uma maior percentagem que utiliza a electricidade do que a verifica no seio dos agregados chefiados por mulheres (63% nos AF chefiados por homens e 53% nos AF chefiados por mulheres).

Em contrapartida, é nos agregados chefiados por mulheres onde a incidência de utilização do petróleo e da vela como principal fonte de energia é maior, 30% e 14%, respectivamente, contra 25% e 9% no seio dos agregados chefiados por homens.

O poder económico já é um determinante para a opção de uma fonte de energia para iluminação. Os agregados com fracos rendimentos (despesa anual percapita inferior a 34.656 ECV), usam na sua maioria (56%) o petróleo para a iluminação. No escalão de despesa seguinte, 47% já usa a electricidade mas ainda uma fasquia não desprezível utiliza o petróleo (37%) ou a vela (13%).

A partir do 3º quintil de despesa, mais de metade dos agregados já utilizam principalmente a electricidade como fonte de iluminação, atingindo os 86% entre os agregados com despesa anual percapita superior a 170.394 ECV.

Quadro 22 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO POR SEXO DO CHEFE E QUINTIL DE DESPESA ANUAL PERCAPITA					
Sexo / Quintil de despesa anual percapita	Total	FONTE DE ENERGIA UTILIZA PARA ILUMINAÇÃO			
		Gás	Electricidade	Petróleo	Vela
TOTAL	100,0	2,9	58,6	27,1	11,4
Sexo					
Masculino	100,0	2,7	63,2	24,7	9,4
Feminino	100,0	3,2	52,7	30,0	14,0
QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS					
até 34.656 ECV	100,0	1,4	26,1	56,3	16,2
]34.656 a 57.026] ECV	100,0	2,9	46,8	37,0	13,4
]57.026 a 90.995] ECV	100,0	4,2	58,9	23,3	13,6
]90.995 a 170.394] ECV	100,0	3,5	75,0	12,8	8,7
maior 170.394 ECV	100,0	2,8	86,3	5,9	5,1

Com base no quadro seguinte podemos constatar que, todas as vivendas, assim como, quase todos os apartamentos (98%) estão ligados à rede eléctrica. As barracas são as que por sua tipologia própria não estão ligados à rede eléctrica, não obstante os 10% que declararam que a principal fonte de iluminação é a electricidade.

Quadro 23 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO POR TIPOLOGIA DO ALOJAMENTO					
	Total	Gás	Electricidade	Petróleo	Vela
Casa Individual	100,0	3,1	56,7	28,5	11,8
Apartamento	100,0	1,2	98,4	0,0	0,5
Vivenda	100,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Barraca	100,0	3,9	10,4	60,3	25,4
Parte de Casa	100,0	2,6	63,0	22,5	11,9
Total	100,0	2,9	58,6	27,1	11,4

CAPÍTULO VI – NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEIO DE TRANSPORTE

6.1 – Acesso as novas tecnologias de informação e comunicação

É inegável a influência positiva das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação na melhoria das condições de vida dos agregados familiares e dos indivíduos, em particular.

Nos dias de hoje, as NTIC, contribuem para a democratização do acesso à informação, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre os residentes e os não residentes.

A televisão e a rádio tornaram-se meios de comunicação de massa por excelência, na medida em que permitem a transmissão de saberes, comportamentos, atitudes e práticas à população, assim como permitem que os indivíduos estejam a par do que se passa no próprio país e no resto do Mundo.

Para o efeito, foram questionados aos agregados sobre a posse de equipamentos que permitem o acesso à informação, formação, comunicação e ao entretenimento, tais como, rádio, televisão, computadores com ligação à Internet, telefones, telemóveis, vídeos e aparelhagens.

6.1.1 – Meios de Informação

A rádio é o meio de informação mais utilizado em Cabo Verde.

De acordo com o quadro abaixo constata-se que dois terços dos agregados familiares caboverdianos (75%), possuem rádio em casa.

A posse de rádio é expressiva em todo o território Nacional, no entanto persistem algumas diferenças. Enquanto que 80% dos agregados urbanos possuem rádio, somente 68% dos agregados rurais têm rádio em casa.

A proporção de agregados com rádio varia entre os 64% no interior de Santiago e os 86% nas Outras Ilhas.

Relativamente à televisão, talvez consequência do seu custo, a proporção de agregados que possuem-na em casa é mais reduzida, não chegando à metade dos agregados (49%).

Da análise por zonas geográficas, depreendemos que a proporção de agregados com televisão varia muito; enquanto que 70% dos agregados urbanos possuem uma televisão em casa, somente 22% dos agregados rurais têm este privilégio, em parte, consequência da fraca cobertura eléctrica nestas zonas (somente 30% dos agregados rurais utilizam a electricidade como principal fonte de energia). Consequentemente as proporções

mais baixas de agregados com televisão em casa se verificam no Interior de Santiago, Fogo e S. Antão onde 26%, 28% e 35% dos agregados, respectivamente, possuem uma televisão em casa.

Contudo nos outros pontos do país, principalmente, na Praia Urbano e em S. Vicente as proporções são muito superiores à media Nacional, com 69% e 73%, respectivamente de agregados com televisão.

Quadro 24 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE TELEVISÃO E RÁDIO					
	Total	Televisão		Rádio	
		Sim	Não	Sim	Não
CABO VERDE	100,0	49,2	50,8	74,7	25,3
Urbano	100,0	69,7	30,3	79,6	20,4
Rural	100,0	22,0	78,0	68,2	31,8
S. Antão	100,0	34,7	65,3	78,1	21,9
S. Vicente	100,0	73,0	27,0	82,1	17,9
Fogo	100,0	28,1	71,9	74,1	25,9
Praia Urbana	100,0	69,4	30,6	76,4	23,6
Resto de Santiago	100,0	25,6	74,4	63,6	36,4
Outras Ilhas	100,0	61,4	38,6	85,7	14,3

Como é lógico a posse de rádio ou de televisão em casa depende muito do nível económico dos agregados. Podemos observar, a partir do quadro seguinte, que 60% dos agregados cuja despesa anual percapita não ultrapassa os 34.656 ECV tem rádio em casa, mas somente 17% dos agregados com o mesmo nível de despesa possuem televisão.

Estas proporções vão aumentando à medida que o nível de despesa anual percapita vai aumentando. Com efeito, 77% e 88% de agregados, com nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV, possuem televisão e rádio, respectivamente.

Relativamente à televisão, da análise segundo o meio de residência constata-se que apresenta valores disparos consoante o meio. Com efeito, enquanto 31% dos agregados urbanos cujo nível de despesa se situa n 1º quintil possui uma televisão, somente 11% dos agregados rurais, com o mesmo nível de despesa, possui uma televisão em casa.

Ainda com o mesmo nível de despesa, a maior proporção de agregados com televisão se verifica em S. Vicente (37%) e a mais baixa no Fogo e Resto de Santiago, com 11%.

O fosso entre as proporções de agregados com televisão, do meio urbano e do meio rural, vai aumentando a medida que o nível de despesa que aumenta.

O mesmo acontece entre os domínios de estudo. Com efeito, observa-se que a proporção de agregados com televisão em casa, diferencia entre os domínios mesmo que tenham o mesmo nível de despesa anual percapita. Por exemplo, no universo dos agregados com nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV, a proporção de agregados com televisão é muito superior em S. Vicente e na Praia Urbano (90% e 89%, respectivamente) relativamente à proporção registada em S. Antão e no Resto de Santiago (43% e 49%, respectivamente).

Quadro 25 - AGREGADOS QUE POSSUEM TV OU RÁDIO SEGUNDO O QUINTIL DE DESPESAS ANUAIS PERCAPITA										
	até 34.656 ECV]34.656 a 57.026] ECV]57.026 a 90.995] ECV]90.995 a 170.394] ECV		maior 170.394 ECV	
	TV	RÁDIO	TV	RÁDIO	TV	RÁDIO	TV	RÁDIO	TV	RÁDIO
CABO VERDE	17,1	59,7	36,0	69,2	49,8	76,8	66,1	80,2	76,8	87,8
Urbano	31,0	55,4	54,5	70,7	68,0	82,3	79,2	83,1	85,4	88,8
Rural	10,9	61,6	20,1	67,8	28,9	70,5	33,7	72,9	34,1	82,4
S. Antão	17,8	68,9	45,7	77,3	45,5	86,7	35,7	75,6	43,1	96,0
S. Vicente	37,1	57,4	54,7	74,1	71,8	85,4	85,5	86,8	89,7	91,0
Fogo	10,8	62,8	17,6	73,6	26,5	70,5	49,5	89,4	60,1	82,7
Praia Urbana	20,4	40,9	43,9	60,7	67,5	78,5	75,4	79,8	89,1	88,2
Resto de Santiago	11,5	56,9	19,2	61,7	32,7	65,6	40,7	69,0	48,6	77,1
Outras Ilhas	29,7	75,5	57,7	87,1	52,1	87,0	75,7	83,7	75,7	90,7

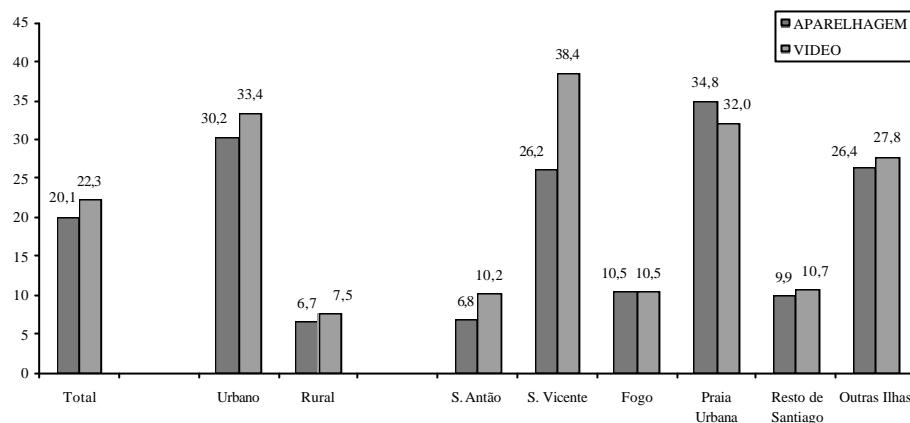
No entanto a posse de rádio e de televisão, podem ser igualmente considerados como um meio de entretenimento.

Com o mesmo objectivo, a estes podemos juntar a posse de aparelhagem e de vídeo. Cremos que estes equipamentos de entretenimento, podem ser considerados de luxo, pois somente 20% dos agregados possuem aparelhagem e 22% possuem vídeo.

Na sua grande maioria são os agregados urbanos que possuem tais bens. Pois, enquanto cerca de 1/3 dos agregados urbanos possuem aparelhagem ou vídeo, somente 7% a 8% dos agregados rurais possuem-nos. Esta diferença faz se sentir igualmente entre os domínios de estudo. É em S. Vicente onde encontramos a maior proporção de agregados que possuem vídeo (38%), e é na Praia urbano onde a proporção de agregados com aparelhagem é maior (35%).

Nas ilhas de S. Antão, Fogo e no Resto de Santiago a proporção de agregados que possuem estes bens não ultrapassa os 11%.

Gráfico 35 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE APARELHAGEM E VIDEO



Conclui-se que a posse destes bens é directamente proporcional com o nível das despesas, ou melhor, a maior parte dos agregados que os possuem têm um nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV

Quadro 26 – REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM APARELHAGEM E VÍDEO SEGUNDO OS QUINTIS DE DESPESA ANUAL PERCAPITA										
	até 34.656 ECV]34.656 a 57.026] ECV]57.026 a 90.995] ECV]90.995 a 170.394] ECV		Maior 170.394 ECV	
	APARELH	VÍDEO	APARELH	VÍDEO	APAREL.	VÍDEO	APARELH	VÍDEO	APARELH	VÍDEO
CABO VERDE	1,9	3,5	8,1	9,9	15,1	18,9	27,7	28,9	47,8	50,2
Urbano	3,1	6,2	11,4	14,9	20,3	26,3	33,7	35,6	54,2	56,5
Rural	1,4	2,3	5,2	5,6	9,2	10,4	12,9	12,3	15,6	18,9
S. Antão	0	2,9	7,5	8,3	13	19,5	11,7	10,4	9,8	20,3
S. Vicente	3,2	8,4	8,6	14,6	11,6	29,5	32,5	46,3	54	67,8
Fogo	2,2	1,7	5,5	7,3	6,4	6	27,4	24,4	18,8	24
Praia Urbana	2,3	2,6	10,5	9,3	24,7	22,5	32,3	29,7	61,4	56,7
Resto de Santiago	1,7	2,2	5,7	7,6	10,1	12,7	19,4	17,1	31,4	31
Outras Ilhas	5	10,5	14,7	15,9	23,2	22,6	30	27,7	44,8	48,6

6.1.2 - Meios de comunicação

O IDRF questionou sobre a posse de telefone fixo no agregado, assim como a posse de pelo menos um telemóvel e de computador com ligação à Internet.

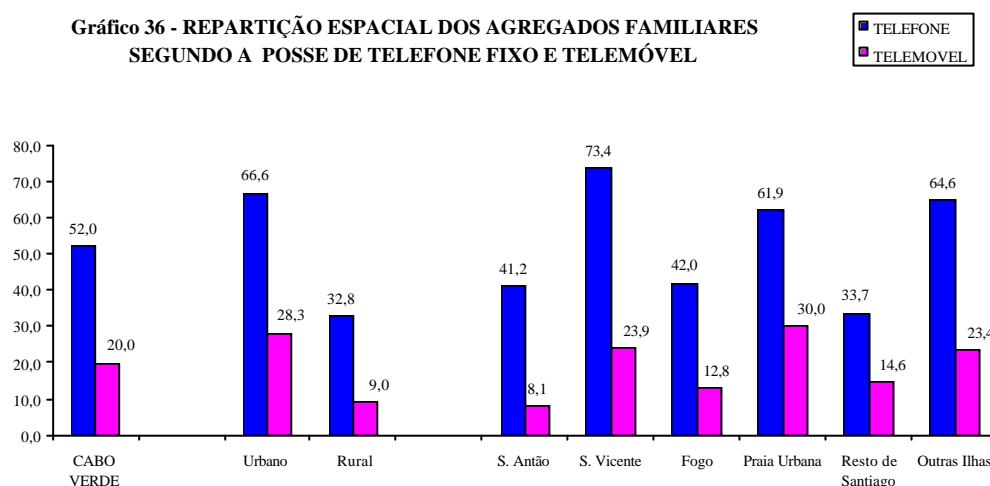
De acordo com os resultados obtidos podemos constatar que 52 em cada 100 agregados tem telefone fixo em casa.

No meio urbano a proporção de agregados com telefone é duas vezes maior do que no meio rural, ou seja, enquanto 67 em cada 100 agregados urbanos possuem telefone fixo, somente, 33 em cada 100 agregados rurais possuem.

Em termos proporcionais, S. Vicente destaca-se, com cerca de 73% dos agregados a possuírem telefone em casa. Segue-se as Outras Ilhas e a Praia Urbana com 65% e 62% de agregados, respectivamente, a possuírem telefone fixo em casa.

Em suma, os domínios predominantemente rurais são os cuja proporção de agregados com telefone fixo são as mais baixas, com menor incidência no Resto de Santiago (34%), S. Antão (41%) e Fogo (42%).

**Gráfico 36 - REPARTIÇÃO ESPACIAL DOS AGREGADOS FAMILIARES
SEGUNDO A POSSE DE TELEFONE FIXO E TELEMÓVEL**



Em 1998, a Cabo Verde Telecom inaugurou a rede móvel, sendo a sua expansão a nível nacional no ano 2000. Este serviço que permite o estabelecimento de comunicações entre telemóveis ou entre um telemóvel e um telefone fixo, tem vindo a crescer, atingindo diversas camadas sociais.

De acordo com os resultados do inquérito, 20% dos agregados caboverdianos tem pelo menos um telemóvel. Isto porque questionamos somente a existência ou não de telemóveis, sem questionar o número de indivíduos no agregado que o possuem ou mesmo o número de telemóveis no agregado.

Apesar deste serviço já estar implementado em todas as ilhas de Cabo Verde, a “moda” do telemóvel verifica-se com maior incidência nos meios urbanos, pois cerca de 28% dos agregados urbanos possuem um telemóvel, contra 9% no meio rural.

Praia Urbano é onde a percentagem de agregados com pelo menos um telemóvel é maior (30%). Segue-se S. Vicente e Outras Ilhas com cerca de 24% e 23% de agregados, respectivamente a possuir pelo menos um telemóvel.

S. Antão e Fogo apresentam as percentagens mais baixas, com 8% e 13% de agregados, respectivamente a possuir um telemóvel.

Relativamente a posse de telefone fixo no agregado, não consideramos que o sexo do chefe seja determinante, mas constata-se que a proporção dos agregados que possuem este meio de comunicação em casa é superior entre os agregados chefiados por homens (54%) do que entre os chefiados por mulheres (49%). Relativo a posse de pelo menos um telemóvel no agregado a diferença é mais acentuada. Enquanto cerca de 25% dos agregados chefiados por homens possuem pelo menos um telemóvel, somente 14% dos agregados chefiados por mulheres possuem-no.

O nível de instrução determina muito a posse de qualquer um destes meios de comunicação, pois a proporção de agregados a possuir telefone ou telemóvel aumenta com o nível de instrução do chefe do agregado.

Com efeito, cerca de 38% dos agregados cujo chefe não possui nível instrução tem telefone fixo em casa e somente 7% tem pelo menos um telemóvel. Considerando os outros níveis a proporção de agregados em cada um com telefone ultrapassa os 50%, sendo 52% entre os cujo chefe tem nível EBI, 70% com nível secundário e 89% com pós-secundário. Com telemóvel a diferença entre os níveis é mais acentuada. Cerca de 17% dos agregados chefiados por chefes com nível EBI tem telemóvel. Com nível Secundário encontramos cerca de 45% e atinge os 71% entre os cujo chefe tem nível pós secundário.

Quadro 27 – AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE TELEFONE E TELEMÓVEL POR CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DE AGREGADO		
Características do chefe do agregado	TELEFONE	TELEMÓVEL
CABO VERDE	52,0	20,0
SEXO		
Masculino	54,3	24,5
Feminino	49,1	14,2
GRUPOS ETÁRIOS		
15 a 24 anos	27,4	18,1
25 a 44 anos	49,7	23,4
45 a 64 anos	59,6	21,3
65 e mais	52,0	10,2

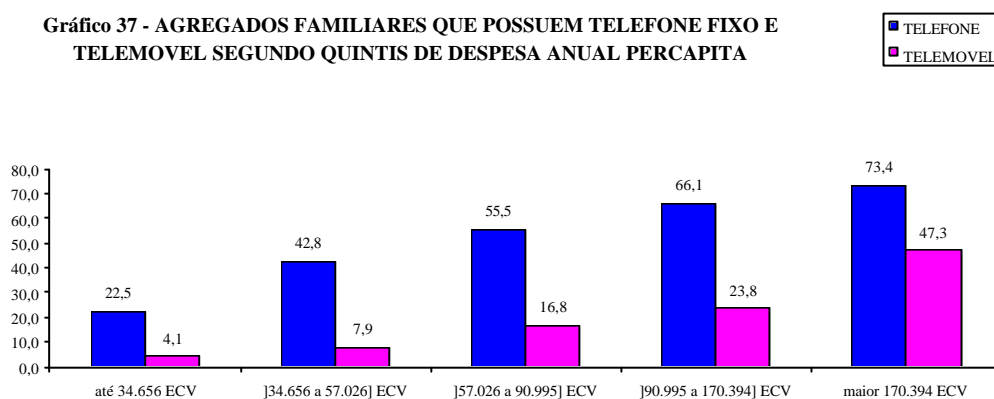
NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Sem Instrução	38,2	6,9
EBI	51,8	16,5
Secundário	69,5	45,4
Pós-secundário	89,0	70,6

É evidente que a posse de um meio de comunicação é directamente proporcional ao nível de despesa dos agregados.

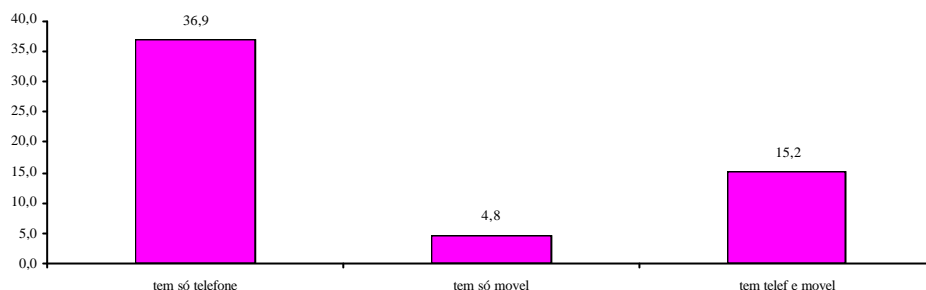
Podemos aferir que o telefone fixo é o meio de comunicação mais acessível e mais económico, pois mesmo na camada economicamente mais baixa (1º quintil, nível de despesa anual percapita inferior a 34.656 ECV), existem 23% de agregados com telefone fixo em casa. A proporção aumenta para 43% no segundo quintil, atingindo mais de metade (73%) entre os agregados com nível de despesa superior a 170.394 ECV.

Gráfico 37 - AGREGADOS FAMILIARES QUE POSSUEM TELEFONE FIXO E TELEMÓVEL SEGUNDO QUINTIS DE DESPESA ANUAL PERCAPITA



Relativamente ao telemóvel pode-se observar que, apesar em menor proporção do que o telefone fixo, é um meio de comunicação que já se faz notar em todos níveis de despesa. Cerca de 4% dos agregados com um nível de despesa anual percapita igual ou menor 34.656 ECV tem pelo menos um telemóvel; aumenta para 8% no 2º quintil, 17% no 3º quintil, atingindo proporções de 24% no 4º quintil. Quase metade dos agregados (47%), cujo nível de despesa anual percapita é superior a 170.394 ECV, tem pelo menos um telemóvel.

No entanto de acordo com os dados podemos constatar que a posse de um meio de comunicação não exclui a hipótese de possuir o outro. Assim, cerca de 37% dos agregados familiares cabo-verdianos possuem somente telefone fixo e 15% possuem telefone fixo e pelo menos um telemóvel. Somente 5% dos agregados possuem somente telemóvel.

Gráfico 38 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE TELEFONE E TELEMOVEL EM SIMULTANEO

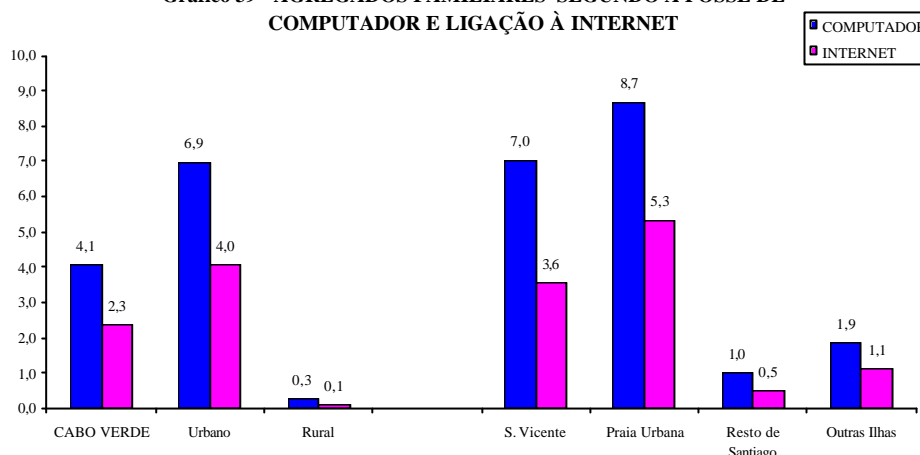
6.1.3 – Computadores e Internet

O computador hoje em dia, é considerado como uma das mais poderosíssimas ferramentas de trabalho. Ter um computador com ligação à Internet para além de ser um meio de comunicação, é considerado como uma das principais e a mais vasta fonte de informação, formação e conhecimento.

No entanto, em Cabo Verde, podemos considerar que ter um computador em casa, principalmente com conexão à Internet, é um luxo, tendo em consideração o seu custo.

De acordo com os dados apurados no IDRF, somente 4% dos agregados cabo-verdianos possuem um computador em casa, independentemente de ter ou não ligação à internet. Destes, 58% tem ligação à Internet, representando cerca de 2% do total dos agregados.

Gráfico 39 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE COMPUTADOR E LIGAÇÃO À INTERNET



Os agregados que possuem um computador em casa, independentemente de estar ligado ou não internet, residem no meio urbano (97%), mais concretamente na Praia Urbana (50%) e em S. Vicente (28%). O mesmo acontece com os agregados que possuem ligação à internet. Cerca de 54% residem na praia e cerca de ¼ em S. Vicente.

Ter um computador, principalmente com ligação à internet, está directamente condicionado ao nível de instrução e o nível económico do chefe do agregado. Com efeito, observa-se, a partir do quadro abaixo, que a grande maioria dos agregados que possuem computador, o chefe tem nível de instrução pós-secundário (56%) e o nível de despesa anual percapita é superior a 170.394 ECV (82%).

O mesmo acontece com os agregados que possuem computador com ligação à internet. Cerca de 65% destes, o chefe tem nível pós secundário e 85% tem nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV.

Quadro 28 - REPARTIÇÃO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO SEGUNDO POSSE DE COMPUTADORES E LIGAÇÃO À INTERNET			
	TEM COMPUTADOR	NÃO TEM COMPUTADOR	TEM COMPUTADOR COM INTERNET
CABO VERDE	100,0	100,0	100,0
URBANO/RUR			
Urbano	97,2	98,6	98,6
Rural	2,8	1,4	1,4
GRUPO DE ILHAS			
S. Vicente	28,5	25,1	25,1
Praia Urbana	50,2	53,6	53,6
Resto de Santiago	7,2	6,5	6,5
Outras Ilhas	14,1	14,8	14,8
NÍVEL DE INSTRUÇÃO			
Sem Instrução	1,1	28,9	2,0
EBI	14,7	57,6	10,2

Secundário	28,3	9,8	23,2
Pós-secundário	55,9	3,6	64,6
SEXO			
Masculino	75,4	55,4	71,4
Feminino	24,6	44,6	28,6
QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS			
Primeiro Quintil	0,0	20,8	0,0
Segundo Quintil	1,1	20,8	1,1
Terceiro Quintil	3,3	20,7	1,1
Quarto Quintil	13,5	20,3	13,0
Quinto Quintil	82,1	17,4	84,8

6.2 - Meios de transporte

A posse de meio de transporte (terrestre) tem uma influência crucial no bem-estar dos agregados familiares, na medida em que facilita o acesso dos seus membros à bens e a serviços indispensáveis ao desenvolvimento e capacitação do seu potencial humano.

Neste sentido, o Inquérito às Despesas e Receitas indagou junto aos agregados a posse de meios de transportes de que o agregado pode dispor livremente, mesmo que não sejam propriedade sua.

De acordo com o quadro abaixo podemos aferir que a nível Nacional cerca de 26% dos agregados familiares possuem pelo menos um meio de transporte, independentemente da sua natureza. A proporção de agregados a possuírem pelo menos um meio de transporte é maior no meio rural (29%) do que no meio urbano (24%).

Com excepção do Fogo e de S. Antão, domínios de estudo onde encontramos as proporções mais elevada e mais baixa, 39% e 18%, respectivamente, os outros pouco mais de um quarto dos agregados possuem pelo menos um meio de transporte.

Contudo, ter um burro como meio de transporte não significa o mesmo que ter uma motorizada ou mesmo um carro.

Com efeito, estima-se que cerca de 9% dos agregados familiares possuem pelo menos uma bicicleta no seu agregado, 5% possuem pelo menos uma moto/motorizada, 12% possuem pelo menos um burro e somente 11% dos agregados declararam possuir pelo menos um carro.

Quadro 29 - REPARTIÇÃO ESPACIAL E CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO SEGUNDO A POSSE DE PELO MENOS UM MEIO DE TRANSPORTE					
	Tem pelo menos um meio	TEM PELO MENOS UM DESSES MEIOS TRANSPORTE			
		Bicicleta	Moto/Motorizada	Automóvel	Burro
Cabo Verde	26,1	8,9	4,5	10,8	11,5
Urbano	24,0	12,3	5,2	15,8	2,2
Rural	28,9	4,4	3,6	4,1	23,7
S. Antão	18,1	3,1	1,2	5,0	11,7
S. Vicente	25,1	13,9	5,9	15,4	2,0
Fogo	38,6	11,8	10,0	10,8	22,9
Praia Urbana	26,5	13,7	4,6	19,0	2,2
Resto de Santiago	25,9	3,8	3,0	4,4	20,4
Outras Ilhas	26,0	8,4	5,5	9,4	12,9

Relativamente à posse de bicicleta, não nos é possível afirmar que este seja utilizada como um meio de transporte, propriamente dito, ou se é utilizado para fins desportivos e recreativos. Contudo verifica-se que a posse de bicicletas tem maior incidência no meio urbano, com 12% dos agregados a declararem possuir pelo menos uma bicicleta, contra 4% no meio rural.

A ilha do Fogo sempre foi conhecida pelos seus desfiles de moto/motorizada durante as festividades do dia do dia 1º Maio, dia do Município de S. Filipe, e os dados confirmam este facto. Cerca de 10 em 100 agregados no Fogo possuem pelo menos uma moto/motorizada, proporção quase duas vezes superior à média nacional e a qualquer dos outros domínios de estudo.

Doze em cada 100 agregados declararam utilizar o burro como meio de transporte, no entanto verifica-se a incidência deste meio de transporte é no meio rural, onde 24 em cada 100 agregados utilizam-no, contra 2 em cada 100 agregados no meio urbano.

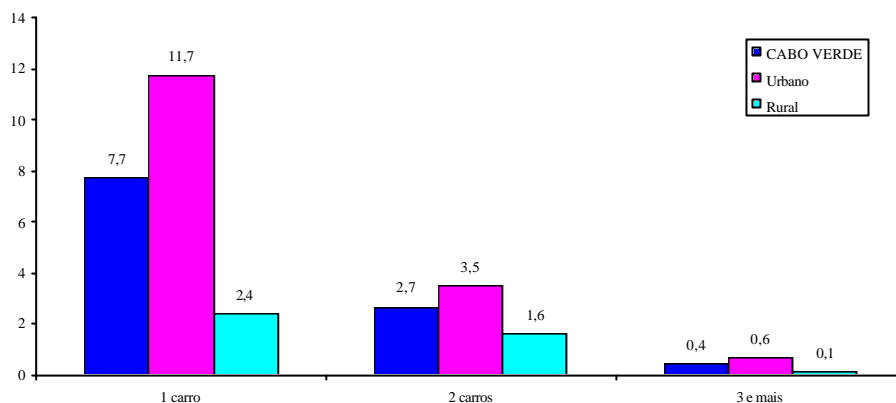
Com efeito, é nos domínios de estudo mais rurais onde a proporção de utilização do burro como meio de transporte é mais expressiva, com 23% e 20% dos agregados no Fogo e no Resto Santiago, respectivamente, utilizam pelo menos um burro como meio de transporte.

Relativamente à posse de carro(s), podemos constatar que 11% dos agregados familiares possuem pelo menos um, sendo 8% um carro e 3% mais de um carro. É no meio urbano onde se verifica a maior proporção de agregados que possuem pelo menos um carro, com 16%, contra 4% no meio rural. De salientar que 12% dos agregados urbanos possuem um automóvel e os restantes 4% mais do que dois automóveis.

Com efeito, é na Praia Urbana e em S. Vicente onde se regista as maiores proporções de agregados que possuem pelo menos um carro, 19% e 15%, respectivamente. Segue-se a Ilha do Fogo e as Outras Ilhas com 11% e 9%,

respectivamente. Resto de Santiago e S. Antão ficam pelos 4% e 5%, de agregados com pelo menos um carro, respectivamente.

Gráfico 40 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NUMERO DE AUTOMÓVEIS QUE POSSUEM POR MEIO DE RESIDÊNCIA



É visível como o poder económico é um determinante para a posse de um meio de transporte, principalmente pelo tipo de transporte.

Enquanto que a proporção dos agregados que possuem carro, bicicleta e moto/motorizada aumenta à medida que o nível de despesa aumenta, a proporção dos que possuem burro/cavalo diminui à medida que o nível de despesa aumenta.

Com efeito, o burro/cavalo, meio de transporte característico do meio rural, principalmente nas lides agrícolas, é utilizado por cerca de 19% dos agregados cujo nível de despesa anual percapita não ultrapassa os 34.656 ECV.

O inverso é verificado com os automóveis, onde a proporção maior verifica-se entre os agregados com nível de despesa anual percapita superior a 170.394 ECV, onde 41% destes possuem pelo menos um. No nível despesa anterior, 90.995 a 170.394 ECV, cerca de 25% possui pelo menos um automóvel.

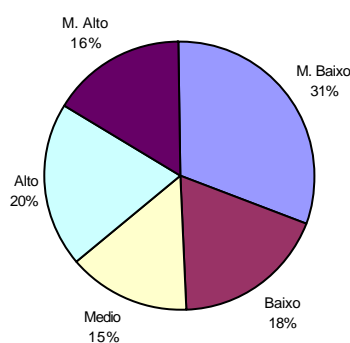
Quadro 30 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO A POSSE DE PELO MENOS UM MEIO DE TRANSPORTE E TIPO DE MEIO, POR QUINTIS DE DESPESA					
Quintis de despesa anual percapita	Tem pelo menos um meio	TEM PELO MENOS UM DESSES MEIOS TRANSPORTE			
		Bicicleta	Moto/Motorizada	Automóvel	Burro/Cavalo
Cabo Verde	26,1	8,9	4,5	10,8	11,5
QUINTIS DE DESPESA					
até 34.656 ECV	22,0	3,4	2,8	2,1	19,2
]34.656 a 57.026] ECV	19,3	5,4	3,9	4,1	13,7
]57.026 a 90.995] ECV	22,9	8,3	4,7	6,2	11,9
]90.995 a 170.394] ECV	25,7	10,8	6,4	11,2	8,5
maior 170.394 ECV	40,5	16,6	4,8	30,5	4,0

CAPÍTULO VII – NÍVEL DE CONFORTO DOS AGREGADOS FAMILIARES

Apesar de todos os avanços, principalmente a nível de alguns indicadores de desenvolvimento, como por exemplo o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ainda, globalmente, podemos considerar que os agregados caboverdianos têm um nível de conforto abaixo da média.

Isto pode ser aferido a partir do gráfico abaixo, onde podemos constatar que cerca de 18% dos agregados vivem com um nível baixo e 31% com um nível muito baixo. Somente cerca de pouco mais de um terço dos agregados (36%) vivem com um nível de conforto considerado elevado (alto – 20%, ou muito alto -16%).

Gráfico 41 - AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NÍVEL DE CONFORTO



O nível de conforto varia conforme o meio de residência em que estão inseridos os agregados familiares, consequência da combinação de vários factores económicos e sociais, assim como das políticas levadas a cabo pela instituições públicas ou privadas.

Assim, é nos meios urbanos, onde encontramos as maiores proporções de agregados familiares com níveis de conforto alto ou muito alto, 29% e 27%, respectivamente. Esta realidade pode ser explicada pelo fácil acesso, no meio urbano, à electricidade, água potável, educação, emprego e actividade económica, entre outros.

Enquanto somente 12% dos agregados do meio urbano vivem com níveis muito baixo, no meio rural essa proporção eleva-se para 56%.

Com efeito, constata-se que nas ilhas maioritariamente rurais, a maior parte dos agregados familiares vivem com níveis de conforto muito baixo. É o caso do Resto de Santiago e da ilha do Fogo, que apresentam 55% e 43% dos agregados a viver com um nível de conforto muito baixo.

São Vicente e Praia Urbana apresentam as menores percentagens de agregados a viverem com nível de conforto muito baixo, 12% e 13%, respectivamente. Consequentemente, é nestes centros onde a maioria dos agregados vivem com níveis de conforto, alto e muito alto (61% em S. Vicente e 53% na Praia Urbana).

Nas Outras Ilhas (São Nicolau, Sal, Boavista, Maio e Brava), podemos apreciar que, de uma forma geral, 45% dos agregados vivem com níveis de conforto alto e muito alto, e 19% com nível médio de bem-estar.

Das 41.729 famílias chefiadas por mulheres, 53%, vivem em condições de baixo e muito baixo conforto. Estas são, na sua maioria (86%), mulheres solteiras ou em situação de divórcio ou separação, ou viuvez, a chefiarem famílias do tipo monoparental e muitas vezes numerosas.

A beneficiar do nível alto e muito alto de conforto, encontramos cerca de 30% dos agregados chefiados por mulheres.

Em contraste com as famílias chefiadas por mulheres, a maioria das chefiadas por homens vivem com níveis de conforto alto ou muito alto (41%).

A História tem-nos mostrado que são os agregados mais numerosos, os que mais entraves os seus membros encontram para atingirem o desenvolvimento do seu potencial humano. Podemos aferir, a partir do quadro acima, que há uma relação bastante forte entre o nível de conforto e o tamanho dos agregados. Com 5 indivíduos, 46% dos agregados vivem com nível baixo ou muito baixo. Esta percentagem aumenta para 52% no universo dos agregados com mais de 6 indivíduos.

Por outro lado é de realçar o facto de 51% famílias unipessoais viverem com nível de conforto baixo ou muito baixo.

Os agregados cujos chefes possuem menos instrução tendem a viver com níveis de conforto baixo ou mesmo muito baixo. Cerca de 48% dos agregados sem nenhum nível de instrução, possuem um nível de conforto muito baixo e 21% um nível de conforto baixo. Os agregados chefiados por indivíduos com níveis de instrução secundário ou pós secundário possuem, na sua maioria, níveis de conforto alto e muito alto (72% com nível secundário e 96% com pós-secundário).

A variável nível de conforto abrange um conjunto de bens e serviços usufruídos pelos agregados familiares, e beneficiar dos mesmos, pressupõe despender recursos económicos para se pagar o acesso ao conforto que esses proporcionam. Por conseguinte, podemos conferir no quadro anterior, que o nível de conforto varia em razão do quintil das despesas anual percapita a que o agregado encontra-se inserido.

Com efeito, 67% dos agregados cujo nível de despesa anual percapita é inferior a 34.656 ECV, tem um nível de conforto muito baixo e 20% tem um nível baixo.

No segundo escalão de despesa anual percapita, entre os 34.656 ECV e 57.026 ECV, 42% vivem com um nível muito baixo e 23% com um nível baixo.

Somente 13% e 7% de agregados inseridos no 4º e 5º quintis (despesas anual percapita entre os 90.995 e 170.394 ECV, ou superiores a 170.394 ECV) vivem com níveis de conforto muito baixo.

As famílias que se inserem no quarto e quinto quintis de despesas, são as que possuem melhores condições vida.

Relativamente a idade do chefe, pouco podemos aferir sobre o seu efeito no nível de conforto. No entanto de acordo com os resultados podemos constatar que os agregados mais jovens tendem a viver com níveis mais baixos e os agregados chefiados por indivíduos com idade entre os 45-64 anos com níveis de conforto mais elevados.

Quadro 31 – REPARTIÇÃO ESPACIAL E POR CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DOS AGREGADOS FAMILIARES SEGUNDO O NÍVEL DE CONFORTO						
Local de residência e características do chefe de agregado	Total	Nível de Conforto - Censo				
		M. Baixo	Baixo	Medio	Alto	M. Alto
CABO VERDE	100,0	30,7	18,5	14,8	19,7	16,3
URBANO/RUR						
Urbano	100,0	12,0	14,5	17,5	29,2	26,9
Rural	100,0	55,6	23,8	11,2	7,1	2,3
GRUPO DE ILHAS						
S. Antão	100,0	36,2	28,4	12,1	15,9	7,4
S. Vicente	100,0	11,9	12,6	14,6	30,6	30,3
Fogo	100,0	43,3	25,4	11,4	11,5	8,4
Praia Urbana	100,0	13,4	15,2	18,8	26,1	26,5
Resto de Santiago	100,0	55,3	18,7	11,9	9,2	4,9
Outras Ilhas	100,0	17,0	18,9	19,2	26,7	18,3
SEXO						
Masculino	100,0	26,3	19,3	13,6	21,1	19,7
Feminino	100,0	36,4	17,4	16,3	17,8	12,0
TAMANHO DO AGREGADO						
1 Indivíduo	100,0	25,8	25,2	16,3	19,1	13,6
2 Indivíduos	100,0	26,5	23,2	13,1	17,6	19,6
3 Indivíduos	100,0	31,8	16,5	11,9	19,7	20,0
4 Indivíduos	100,0	28,4	17,4	13,4	19,7	21,1
5 Indivíduos	100,0	30,4	16,2	14,4	21,5	17,5
6 e mais Indivíduos	100,0	33,9	17,8	16,7	19,5	12,1
QUINTIL DAS DESPESAS INDIVIDUAIS						
Menor ou igual a 34.656 ECV	100,0	67,0	20,3	8,3	3,5	0,8
]34.656 a 57.026] ECV	100,0	42,0	23,2	16,8	14,5	3,4
]57.026 a 90.995] ECV	100,0	26,0	21,5	19,9	23,0	9,6
]90.995 a 170394] ECV	100,0	11,8	17,6	17,6	31,0	22,0
Mais de 170.394 ECV	100,0	6,8	9,7	11,4	26,4	45,8
GRUPOS ETÁRIOS						
15 a 24 anos	100,0	33,7	29,8	16,6	13,2	6,8
25 a 44 anos	100,0	29,5	18,3	15,9	20,2	16,2
45 a 64 anos	100,0	30,6	14,8	13,4	19,7	21,5
65 e mais	100,0	33,3	21,9	13,8	19,8	11,3
NÍVEL DE INSTRUÇÃO						
Sem Instrução	100,0	48,2	21,0	13,9	12,7	4,2
EBI	100,0	29,9	20,5	16,8	20,6	12,1
Secundário	100,0	5,4	10,9	11,8	31,1	40,7
Pós-secundário	100,0	0,0	0,2	4,6	23,5	71,8

CAPÍTULO VIII – CONCLUSÃO

A caracterização das condições de vida dos agregados familiares com base nos resultados do IDRF 2001/2002 permite aferir sobre a real situação habitacional, o nível de acesso à água potável, condições de higiene e saneamento básico, as fontes de energia para iluminação e preparação dos alimentos, assim como, da posse de alguns bens duradouros que contribuem para o bem estar das famílias cabo-verdianas, tais como os relacionados com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Muito embora, mais de metade dos agregados familiares residem em habitações próprias, na sua grande maioria casas do tipo individuais, podemos constatar que este fenómeno tem maior incidência junto aos agregados com poucos recursos financeiros.

As vivendas e os apartamentos, tipologias que têm vindo a crescer ao longo dos anos, são geralmente habitadas por agregados cujos níveis de despesas ultrapassam os 170.394\$00 ECV percapita anuais.

As barracas, habitações construídas com materiais pouco ou nada resistentes às intempéries climáticas, e que nada favorecem ao conforto e a higiene dos indivíduos, apesar de servirem de habitação a somente 1% dos agregados cabo-verdianos, merecem alguma inquietação tendo em conta que a sua propagação concentra-se nas periferias das grandes cidades, mais concretamente da cidade do Mindelo.

A qualidade dos alojamentos tende a diferenciar-se dependendo, principalmente do nível de despesa percapita anual do agregado e da tipologia do alojamento. Com efeito, apesar de na sua grande maioria os alojamentos serem construídos com base no cimento, quer para as paredes, tecto ou pavimento, o mosaico já vem ganhando expressão na pavimentação, principalmente das vivendas e apartamentos.

Em média os agregados familiares cabo-verdianos são constituídos por 4,9 indivíduos e residem em habitações com cerca de 3,5 divisões, do que podemos depreender 1,4 pessoas por divisão. Contudo, concluí-se da análise que quanto mais pobre, mais é o número de indivíduos por divisão, principalmente quando estes residem no meio rural.

De acordo com o sétimo objectivo do milénio a água e o saneamento são dois factores ambientais chave para a qualidade da vida humana.

No que tange a água, cerca de dois terços dos agregados cabo-verdianos já abastecem em fontes consideradas mínimas para que a água seja vista com qualidade, ou seja, potável. Contudo, persistem algumas disparidades regionais, como é o caso da ilha do Fogo, onde pouco mais de metade consome

água potável, quando comparado com a Praia Urbano onde cerca de 89% dos agregados consomem água potável.

Em média cada caboverdiano consome cerca de 31 a 32 litros de água por dia. Contudo, a quantidade de água varia com o local de residência e com a principal fonte de abastecimento. Os agregados urbanos consomem quase o dobro de água que os que residem no meio rural, 40 litros/pessoa/dia contra 21 litros/pessoa/dia. Sendo os maiores consumos verificados na Praia Urbano (46 litros/pessoa/dia), seguido de S. Vicente e Outras ilhas, com 37 e 36 litros/pessoa/dia, respectivamente. S. Antão apresenta o menor consumo diário percapita, de 15,5.

Os agregados cuja principal origem da água para o uso doméstico é a rede pública consomem, diariamente cerca de 56 litros de água por pessoa, enquanto que os 36% que abastecem nas chafarizes, consomem em média 21,5 litros/pessoa/dia, consumo este que vai diminuindo com o aumento do tempo que levam entre a casa e o chafariz.

De modo a contribuir para a protecção da saúde, principalmente das crianças, que constitui uma farsquia significativa da população, é de todo aconselhável que a água consumida para beber seja tratada, principalmente quando a origem da água é considerada duvidosa. Contudo, constata-se que quase um terço da população não trata a água antes de beber. Dos 50% que o fazem regularmente utilizam na sua grande maioria a lixívia.

O IDRF, continua pondo em evidência as fragilidades do país no que concerne ao saneamento. Assim, com base na análise da existência de casa de banho com retrete e da forma de evacuação das águas residuais podemos concluir que ainda quase metade dos agregados familiares caboverdianos vivem em alojamentos que não oferecem as condições mínimas de higiene e de saneamento.

Cerca de 55% dos agregados não possui casa de banho com retrete pelo que podemos concluir que ou usam os sanitários públicos, ou o ar livre para defecarem e fazerem a higiene pessoal.

Quase três quartos da população (74%) evacua tudo o que é água suja de lavar roupa, louça, banho, etc, ao redor da casa ou na natureza. Somente 16% declarou evacuar através de fossas sépticas e 10% através de rede de esgotos, forma de evacuação ainda existente somente nas duas grandes cidades do país: Praia e Mindelo.

Possuir casa de banho com retrete pressupõe que o agregado está ligada à rede de esgoto ou a uma fossa séptica para evacuação das águas residuais, contudo verifica-se que cerca de 45% dos agregados que possuem casa de banho e retrete preferem evacuar as águas residuais ao redor da própria casa ou na

natureza, contribuindo para a poluição do ambiente, principalmente do ar que se respira, assim como, para o aumento da exposição da população ao risco das doenças infecto-contagiosas.

Tal pratica é mais frequente em Santiago, mas a percentagem de agregados, com casa de banho e retrete mas que evacuam ao redor de casa ou na natureza, registada na cidade da Praia é preocupante principalmente devido a densidade populacional que ronda os 437 habitantes por Km².

Para se ter uma vida saudável e activa é essencial ter uma alimentação apropriada, elaborada em boas condições de higiene. Neste sentido podemos concluir que existe uma preocupação em ter um espaço apropriado para confecção dos alimentos, pois cerca de 81% dos agregados possuem cozinha.

O gás já pode ser considerado uma conquista como a principal fonte de energia utilizada para preparar os alimentos, principalmente nos centros urbanos onde cerca de 87% dos agregados já o utilizam.

No meio rural, prevalece ainda a utilização da lenha como principal fonte de energia para preparar os alimentos.

Constata-se que uma percentagem não desprezível de agregados que possuem cozinha com fogão a gás, ainda preferem cozinhar utilizando a lenha como principal fonte de energia.

De acordo com os resultados do IDRF, a posse de equipamentos de cozinha, directamente relacionados com a conservação e preparação dos alimentos, assim como, a posse de máquina de lavar roupa pode ser considerada como um luxo, tendo em consideração a percentagem dos agregados que possuem tais equipamentos, e por se verificar que os que os possuem geralmente têm níveis de rendimentos elevados.

Resumidamente, 64% dos agregados possuem fogão; 41% possuem frigorífico e 10% possuem arca, o que demonstra uma certa preocupação no que diz respeito à conservação dos alimentos; 9% possuem microondas, e 7% máquina de lavar roupa.

Em matéria de electrificação, tem-se verificado longo dos anos uma melhoria, embora ainda a cobertura esteja longe do ideal, tendo em consideração que somente 59% dos agregados utilizam a electricidade como principal fonte de energia para iluminação. As discrepâncias são visíveis de acordo com o meio de residência, com o meio rural a ser desfavorecido neste aspecto, optando pela utilização do petróleo e da vela, como fonte de iluminação. Os domínios que merecem uma melhor atenção em termos de electrificação por parte do Estado são: Resto Santiago e Fogo, onde somente 31% e 34% dos agregados têm luz eléctrica, respectivamente.

As novas tecnologias de informação e comunicação têm ganho expressão nos dias de hoje, contribuindo para a democratização do acesso à informação, à formação e ao saber, facilitando o contacto entre os residentes e os não residentes.

De acordo com a percentagem de agregados que possuem rádio e televisão em casa podemos concluir que a rádio é o meio de informação mais utilizado em Cabo Verde. Não chega a metade a percentagem dos agregados que possuem televisão, consequência do seu custo, e da fraca cobertura eléctrica.

Até o ano 2000, com a entrada da rede telemóvel a rede fixa de telefone era o único meio de comunicação oral à distancia existente no país. De acordo com os resultados do IDRF, 52 em cada 100 agregados possuem telefone fixo em casa, sendo esta proporção no meio urbano duas vezes superior a no meio rural, ou seja, enquanto 66 em cada 100 agregadas urbanos possuem telefone fixo, somente 33 possuem-no no meio rural.

Relativamente a posse de telemóvel, os resultados demonstram que 20% dos agregados tem pelo menos um telemóvel. Embora, a posse de telemóvel seja evidente em todos os níveis de despesa, tem maior incidência entre os agregados residentes no meio urbano, e com níveis de despesa anual percapita superiores a 170 contos.

Ter um computador, instrumento de trabalho, e que permite o acesso à informação e formação, e à comunicação, quando ligado à internet, ainda é um privilégio de somente 4% dos agregados, e somente pouco mais de metade destes tem acesso à internet. A posse deste poderosíssimo instrumento é directamente condicionado ao nível de instrução e de despesa do chefe.

A posse de meio de transporte terrestre, indicador de bem estar do agregado, ainda é privilégio de um pouco mais que um quarto dos agregados cabo-verdianos. Assim, somente 11% possui um automóvel para o transporte da família e 12% declararam utilizar o burro como meio de transporte, estes na sua maioria agregados rurais.

ANEXOS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo o tipo de alojamento

Quadro 2 - Agregados familiares segundo a tipologia do alojamento por materiais utilizados na construção da parede, cobertura e pavimento

Quadro 3 - Repartição espacial dos agregados familiares por material utilizado na construção da parede, cobertura e pavimento do alojamento

Quadro 4 - Agregados familiares segundo a tipologia do alojamento por características sócio-demográficas do chefe e dimensão do agregado

Quadro 5 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo o número de divisões do alojamento e a sua dimensão média

Quadro 6 – Agregados familiares segundo o numero de divisões por tipologia do alojamento

Quadro 7 - Agregados familiares segundo o numero de divisões do alojamento por sexo do chefe

Quadro 8 - Agregados familiares segundo o número de divisões e dimensão média dos agregados por tipologia do alojamento

Quadro 9 – Agregados familiares segundo o número de divisões do alojamento por divisões exclusivamente para dormir

Quadro 10 – Agregados familiares segundo a tipologia do alojamento por regime de ocupação

Quadro 11 – Repartição espacial e por sexo do chefe dos agregados familiares segundo o regime de ocupação do alojamento

Quadro 12 - Repartição espacial dos agregados segundo a principal origem da água utilizada para uso doméstico

Quadro 13 – Agregados familiares segundo o tempo despendido entre o alojamento e o local de abastecimento por meio de transporte

Quadro 14 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo o habito de tratamento da água para beber

Quadro 15 - Agregados familiares segundo o quintil de despesa por habito de tratar a água de beber e forma de tratamento

Quadro 16 - Agregados familiares segundo a posse de casa de banho, retrete e latrina

Quadro 17 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo o modo de evacuação das águas residuais

Quadro 18 – Repartição espacial dos agregados com casa de banho e retrete segundo o principal modo de evacuação das águas residuais

Quadro 19 - Repartição espacial dos agregados segundo a principal fonte de energia utilizada para cozer alimentos

Quadro 20 – Agregados familiares segundo energia utilizada para preparar alimentos por posse de fogão

Quadro 21 - Repartição espacial dos agregados segundo a principal fonte de energia para iluminação

Quadro 22 – Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para iluminação por sexo do chefe e quintil de despesa anual percapita

Quadro 23 – Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para iluminação por tipologia do alojamento

Quadro 24 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo a posse de televisão e rádio

Quadro 25 - Agregados que possuem televisão ou rádio segundo o quintil de despesas anuais percapita

Quadro 26 – Repartição espacial dos agrega familiares que possuem aparelhagem e vídeo segundo os quintis de despesa anual percapita

Quadro 27 – Agregados familiares segundo a posse de telefone e telemóvel por características do chefe de agregado

Quadro 28 - Repartição espacial e características do chefe do agregado segundo posse de computadores e ligação à internet

Quadro 29 - Repartição espacial e características do chefe do agregado segundo a posse de pelo menos um meio de transporte

Quadro 30 - Agregados familiares segundo a posse de pelo menos um meio de transporte e tipo de meio, por quintis de despesa

Quadro 31 – Repartição espacial e por características do chefe dos agregados familiares segundo o nível de conforto

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Agregados familiares segundo o numero de divisões do alojamento

Gráfico 2 - Agregados familiares segundo o numero de divisões utilizadas exclusivamente para dormir

Gráfico 3 - Agregados familiares segundo o regime de ocupação do alojamento

Gráfico 4 - Repartição espacial dos agregados familiares que alugam parte dos próprios alojamentos

Gráfico 5 - Agregados familiares segundo a principal origem da água utilizada para uso doméstico

Gráfico 6 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo a qualidade da água consumida

Gráfico 7 - Agregados familiares que consomem água potável segundo a principal origem

Gráfico 8 - Agregados familiares segundo o principal meio de transporte utilizado para abastecimento de água nas chafarizes

Gráfico 9 - Agregados familiares segundo o tempo despendido entre o alojamento e o principal local de abastecimento de água

Gráfico 10 - Agregados familiares segundo a quantidade de água percapita consumida diariamente

Gráfico 11 - Agregados familiares segundo o consumo diário/percapita de água por tempo despendido entre o alojamento e o chafariz

Gráfico 12 - Agregados familiares segundo o consumo médio diário/percapita de água por principal origem

Gráfico 13 - Agregados familiares segundo o consumo médio diário/percapita de água por quintis de despesa anual percapita

Gráfico 14 - Agregados familiares segundo o consumo médio diário/percapita de água por tamanho do agregado

Gráfico 15 - Agregados familiares segundo o hábito de tratamento da água para beber

Gráfico 16 - Agregados familiares segundo o hábito de tratamento da água para beber por meio de residência

Gráfico 17 - Agregados familiares segundo o hábito de tratamento da água para beber por qualidade da água

Gráfico 18 - Agregados familiares segundo o hábito de tratamento da água para beber e sexo do chefe

Gráfico 19 - Agregados familiares segundo o modo de tratamento da água para beber

Gráfico 20 - Agregados familiares segundo a posse de casa de banho, retrete /latrina e sexo do chefe

Gráfico 21 - Agregados familiares segundo a posse de casa de banho, retrete /latrina e tamanho do agregado

Gráfico 22 - Agregados familiares segundo a posse de casa de banho, retrete /latrina e quintil de despesas

Gráfico 23 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete segundo o modo principal de evacuação das águas residuais

Gráfico 24 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa segundo o meio de residência e domínio de estudo

Gráfico 25 - Repartição espacial dos agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa

Gráfico 26 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa segundo o sexo e grupo etário do chefe

Gráfico 27 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa segundo o sexo e nível de instrução do chefe

Gráfico 28 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa segundo o tamanho do agregado

Gráfico 29 - Agregados familiares que possuem casa de banho com retrete que evacuam ao redor da casa segundo os quintis de despesa anual percapita

Gráfico 30 - Agregados familiares segundo a existência de cozinha segundo a tipologia do alojamento

Gráfico 31 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo a existência de cozinha no alojamento

Gráfico 32 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para iluminação

Gráfico 33 - Agregados familiares segundo a principal fonte de energia para iluminação e meio de residência

Gráfico 34 - Repartição espacial dos agregados familiares que utilizam a electricidade como principal meio para iluminação

Gráfico 35 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo a posse de aparelhagem e vídeo

Gráfico 36 - Repartição espacial dos agregados familiares segundo a posse de telefone fixo e telemóvel

Gráfico 37 - Agregados familiares que possuem telefone fixo e telemóvel segundo quintis de despesa anual percapita

Gráfico 38 - Agregados familiares segundo a posse de telefone e telemóvel em simultâneo

Gráfico 39 - Agregados familiares segundo a posse de computador e ligação à internet

Gráfico 40 - Agregados familiares segundo o numero de automóveis que possuem por meio de residência

Gráfico 41 - Agregados familiares segundo o nível de conforto

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Condições de vida dos agregados familiares – Censo2000 - Instituto Nacional de Estatística ;

Características Económicas da População – Censo 2000- Instituto Nacional de Estatística ;

As Grandes Opções do Plano – Uma Agenda Estratégica – Conselho de Ministros- Outubro de 2001;

As Grandes Opções do Plano- Participação do Governo no Debate Parlamentar – Chefia do Governo – Março de 2002;

Mesa redonda dos parceiros de desenvolvimento – Ministério das Finanças e do Planeamento, Praia, 16-18 de Novembro de 1992.